

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**COLÉGIO MUNICIPAL THEÓPHILO SAUER:
ESTUDO DE CASO DE UMA BRIZOLETA
EM TAQUARA**

DARLEI EDUARDO FRANZEN

Taquara

2012

DARLEI EDURDO FRANZEN

**COLÉGIO MUNICIPAL THEÓPHILO SAUER:
ESTUDO DE CASO DE UMA BRIZOLETA
EM TAQUARA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História sob orientação da Prof^a. Dr^a. Dóris Rejane Fernandes.

Taquara

2012

Dedico este trabalho à memória da minha mãe, Doralice de Oliveira, que esteve sempre ao meu lado, me alegrando com seu sorriso e carinho.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, amigo sempre presente, sem o qual nada teria feito.

Às Faculdades Integradas de Taquara, pelo apoio que recebi durante a realização do curso, por meio de seus funcionários, seus professores, da Coordenação do Curso de História e sua direção.

À direção do Colégio Municipal Theóphilo Sauer, à funcionária da secretaria (Ana Borges), que sempre auxiliaram durante a busca pelos documentos antigos.

Aos amigos André Beck e Suzelete Freiburger Beck, que me apoiaram para não desistir.

A todos os meus amigos, que sempre incentivaram meus sonhos e estiveram sempre ao meu lado.

Aos meus colegas de classe e demais formandos pela amizade e companheirismo que recebi.

À Prof.^a Dóris Rejane Fernandes, que nesse momento tão delicado de minha vida soube me entender e estimular com seus conselhos e orientações. Com certeza, esse trabalho passa pelo seu olhar atento e orientações precisas. Dóris, muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho identifica questões relacionadas à estrutura do modelo educativo do Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1961 a 2001, através do estudo da História da Escola Municipal Santarém, que iniciou suas atividades como um Brizoleta, sendo hoje denominada de Colégio Municipal Theóphilo Sauer.

A partir dessas idéias, compreendemos a relação de criação da Escola Santarém e as transformações pelas quais a escola passou, com o Projeto Pedagógico do Estado. Levamos em consideração que o projeto de construção desse educandário estava interligado, primeiramente, ao projeto pedagógico de contemplar bairros operários com o processo de alfabetização e ampliação do acesso à aprendizagem. Contudo, já nessa época, pretendia-se diminuir focos de violência, abandono social, bem como qualificar dos moradores e filhos de trabalhadores das indústrias. Assim, compreende-se que a Escola Santarém teria como missão principal, atender às necessidades locais de vários bairros, acompanhando todo o processo nacional desenvolvimentista de qualificação da mão-de-obra no âmbito nacional, no Rio Grande do Sul e no município de Taquara, atendendo à clientela do ensino básico, primeira etapa da educação. Partindo desse pressuposto, compreendemos qual a relação entre a política Estadual e a implantação da Escola Santarém, em Taquara, identificamos essa mesma relação nos outros momentos em que a escola passou por alterações na sua política pedagógica. Temos, assim, o objetivo de estudar o caso da Escola Santarém / Theóphilo Sauer, para verificar como o modelo educacional do Estado, durante os anos de 1961 a 1963, no governo de Leonel Brizola, foi efetivado em Taquara, apontando as mudanças pelas quais a Escola passou.

Palavras-Chave: Política. Educação. Brizoleta.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa Rotatória com a localização do município de Taquara	30
Figura 2- Escola Santarém	36
Figura 3- Maria Aracy dos Santos Teixeira, 1. ^a Diretora da Escola	37
Figura 4- Inauguração do novo prédio, em 1980, da Escola	38
Figura 5- Grupos de professores na inauguração	38
Figura 6- Inauguração da Placa com a nova denominação da Escola.....	39
Figura 7- Bandeira da Escola	40
Figura 8- Inauguração da sala de informática	43
Figura 9- Theóphilo Sauer, patrono da Escola.....	49
Figura 10- Balizas da Banda da Escola	52
Figura 11- Banda da Escola em Desfile do Centenário do município.....	52
Figura 12- Suzete Frebeirger Beck, regente da Banda	53
Figura 13- Banda da Escola	53

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes de Bases da Educação

SEC – Secretaria Estadual de Educação e Cultura

SEDEP – Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário

CEPE – Comissão Estadual de Prédios Escolares

CPOE – Centro de Pesquisas e Orientação Educacional

SMECE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE 1961 – 2001 NO RIO GRANDE DO SUL	14
2.1 O projeto governamental do ensino do Governo Brizola	14
2.1.1 O governo de Brizola no Rio Grande do Sul	15
2.1.2 Brizola reestruturando o ensino público no Estado	18
2.1.3 As construções dos prédios escolares	21
2.2 O Plano das Duas Mil Escolas	23
2.3 As Alterações na Lei de Diretrizes de Base	26
3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA	29
3.1. Localização	29
3.2. Origens históricas de Taquara	30
3.3 A população do Bairro Mundo Novo (ex-Vila Santarém)	32
4 DE ESCOLA SANTARÉM PARA COLÉGIO MUNICIPAL THEÓPHILO SAUER	36
4.1 Um breve retrospecto histórico	36
4.1.1 Evolução Legal da Escola: as leis e denominações da escola.....	44
4.1.2 Patrono.....	49
4.2 Atividade: a vida na Escola	51
4.2.1 Banda	51
4.2.2.Coral.....	53
4.2.3 Gincana de Integração Theóphilo Sauer	54
4.2.4 Feira do Livro (FELIT)	54
4.2.5 Feira de Ciências da Theóphilo Sauer (FECIT).....	54
4.3 Os alunos	55

5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o estudo sobre a história da Escola Municipal Santarém, localizada em Taquara, que iniciou suas atividades como uma Brizoleta. Era uma escola de madeira, construída para atender à população de crianças em idade escolar, para que fossem alfabetizadas, fazendo parte do projeto do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Com as várias reformas da educação, a Escola Santarém passou a ser denominada de Colégio Municipal Theóphilo Sauer.

Nesse sentido, nos propomos lançar luzes e tirar da zona de silêncio a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola, entre 31 de janeiro de 1959 e 31 de janeiro de 1963. Esclareceremos a ação governamental, consubstanciada no projeto “Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul”. A educação foi um dos temas mais importantes da campanha de Leonel Brizola para governador do Rio Grande do Sul, em 1958. Como a Escola Municipal Santarém fez parte desse projeto, por ela conduzimos nossa pesquisa.

Entendemos que a pesquisa histórico-educacional, ao interagir com eventos do passado, pode oferecer possibilidades de resposta aos problemas que se consideram relevantes no presente e propor questões que suscitem a continuidade do processo de construção do conhecimento. Assim, nada mais urgente do que contribuir para o debate sobre a questão da educação pública.

Profundos processos de transformação do *modus vivendi* global, com todas as suas consequências positivas e negativas, afligem a todos. Os governos insistem em considerar a educação como um elemento de importância estratégica para o desenvolvimento, muito embora suas ações desmintam o discurso. Nesse contexto, é, no mínimo, útil para o conjunto da sociedade, rever uma experiência histórica conduzida pelo personagem – símbolo do Brasil populista¹ – Leonel Brizola. Cabe

¹ O conceito populismo é largamente usado para caracterizar a organização política brasileira, especialmente entre 1930 e 1964, época da transição da sociedade tradicional e agrária para a sociedade urbana e industrial no Brasil. Pode ser simbolizado pela política de massas como padrão de organização política, sustentação do novo estilo de poder e fundamento da democracia populista – demagógica, assistencialista e clientelística. Fonte: IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.2.

Ângela Gomes considera que a origem do conceito de populismo no Brasil se deu na década de 1950, em um momento de “juventude” da reflexão nas Universidades, quando os acadêmicos sociais começam a se interessar pelo estudo das “estruturas do poder nacional” (Gomes, 2001, p. 22).

ressaltar que, não obstante, o trabalho qualificado de pesquisadores das áreas da História e da Educação, a pesquisa histórico-educacional no Rio Grande do Sul, tem, ainda, especialmente a partir da década de 1940, inúmeras lacunas e outras tantas sombras². Neste enfoque, a construção das escolas conhecidas como “brizoletas”, integrando seu programa de desenvolvimento no período de 1959 a 1963, será nosso alvo de pesquisa.

A educação foi um dos temas mais importantes da campanha de Leonel Brizola para governador do Rio Grande do Sul. Segundo Quadros³, para o governo Brizola, expandir o acesso à educação, através da construção dessas escolas, era um projeto central contra o subdesenvolvimento, acreditando na educação como promotora da justiça social.

A bibliografia central que trabalhamos, em relação às “brizoletas”, são obras do pesquisador Claudemir de Quadros. São dois livros produzidos pelo autor: “As brizoletas cobrindo o Rio Grande⁴” e “Marcas do Tempo⁵”. O primeiro direciona seu foco ao projeto da educação proposto pelo governador Brizola, intitulado “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. O autor trata mais diretamente da questão quantitativa (número de escolas construídas, quadro funcional do magistério, número de matrículas, número de salas de aulas, origem dos recursos, etc.) e também faz uma análise de como, para Brizola, o populismo se relaciona com várias conquistas democráticas e com a ampliação da participação dos trabalhadores no processo político, considerando que, sob vários aspectos, os avanços do processo de democrático brasileiro estavam ligados a esse fenômeno nesse momento. O segundo livro é uma espécie de álbum de memórias, composto por um conjunto de fotografias sobre tais estabelecimentos de ensino. O autor não pretende realizar a interpretação das fotografias, ou seja, utilizá-las como fonte, mas simplesmente como reativar memórias de pessoas que tiveram algum contato com essas construções.

GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

² Um mapeamento do conhecimento que tem sido produzido sobre a História da Educação e sobre as lacunas e as sombras na historiografia educacional do Rio Grande do Sul pode ser encontrado em: BASTOS, Maria Helena Camara. **História da Educação do Rio Grande do Sul: o estado da arte**. História: tendências e debates. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 183-206, 1999.

³ QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**: A educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola. Santa Maria: UFSM, 2003, p. 12.

⁴ *Idem*.

⁵ Quadros, Claudemir de. **Marcas do tempo**: imagens e memórias das brizoletas. Santa Maria: Unifra, 2005.

Durante o período de 1959-1963, o Estado do Rio Grande do Sul estava sendo administrado por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em seu governo, implantou o projeto educacional “Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul”. Tal projeto resultou em significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do Estado. Construíram-se prédios escolares que ficaram conhecidas como brizoletas, ou escolinhas do Brizola, para as quais se contrataram professores e um significativo número de novos alunos foram matriculados. Esse processo ainda sobrevive na memória de grande parcela da população do estado e marcou, positivamente, o imaginário de realizações de Brizola.

O governo Brizola se insere em um contexto marcado pela ideologia, pelo populismo e pelo conflito acirrado entre grupos que defendiam diferentes projetos de sociedade e de futuro para o Estado e para o país.

Escrever sobre a história de uma escola é registrar um recorte em que encontramos parte da história da educação brasileira, como micro história⁶. Nela, podemos acompanhar como as leis que nortearam a educação nacional influenciaram na esfera local, permitindo a constatação do macro na localidade em que vivemos e na escola que conhecemos. O município de Taquara foi contemplado com este modelo de escola.

No ano de 1971, a educação passou por uma Reforma, com a (Lei 5.692/71) também teve um processo de elaboração e edição de relativa morosidade. A sociedade civil fez-se presente nos debates, fato que resultou na lentidão da discussão, haja vista que o governo na ocasião da implantação dessa lei era autoritário e ditador. Esse período foi marcado por constantes confrontos entre as universidades e o poder estatal, trazendo à pauta a discussão sobre o ensino superior (Lei 5.540/68). Foi trazida, três anos após, a Lei 5.692/71(LDB de 1971), denominada oficialmente como Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

Com essa reforma na educação, a Escola Municipal Santarém também passou por mudanças, que ocorreram em nível de ensino nacional. A mudança da política do Estado também passou por modificações na política educacional, o que

⁶ Segundo a definição de Giovani Levi, encontrada em Vainfas (2002, p. 119): “A Micro História essencialmente uma prática historiográfica em que as referências teóricas são variadas e em certo sentido ecléticas. O método está de fato nela relacionado, em primeiro lugar, e antes de mais nada aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e, assim, a micro História não pode ser definida em relação às micro dimensões de seu objeto de estudo”. VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. A micro história é uma redução do olhar do historiador um detalhamento da situação em estudo.

levou às mudanças na escola em questão. Com as novas alterações na LEI N.º 9.394, de 1996, outras modificações ocorreram até o ano de 2001, como alterações de nome sempre acompanhando as mudanças da Lei de Diretrizes de Bases da Educação - LDB.

A partir dessas ideias, compreendemos a relação de criação da Escola Santarém, bem como as transformações pelas quais a escola passou com o Projeto Pedagógico no Estado. Levamos em consideração que o projeto de construção desse educandário estava interligado primeiramente ao projeto pedagógico de contemplar bairros operários, com o processo de alfabetização e ampliação do acesso à aprendizagem. Nessa época, pretendia-se diminuir os focos de violência, de abandono social, bem como qualificar os moradores e filhos de trabalhadores das indústrias. Assim, compreendemos que a Escola Santarém teve como missão principal atender às necessidades locais, acompanhando todo o processo nacional desenvolvimentista de qualificação da mão-de-obra no âmbito nacional, no Rio Grande do Sul e no município de Taquara, atendendo à clientela do ensino básico, em sua primeira etapa da educação.

Partindo desse pressuposto, buscamos compreender qual a relação entre a política Estadual e a implantação da Escola Santarém, em Taquara, bem como identificar essa mesma relação nos outros momentos em que a escola passou por alterações na sua política pedagógica. Objetivamos, assim, estudar o caso da Escola Santarém, que chega aos nossos dias como Colégio Municipal Theóphilo Sauer, para verificar o modelo educacional do Estado, durante os anos de 1961 a 1963, no governo de Leonel Brizola.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, fazemos um levantamento da História da educação, de 1961 a 2001, no Rio Grande do Sul e explicamos o que foi o “Plano das Duas Mil Escolas”, criado pelo governo Brizola durante o período de 1959 a 1963. No segundo capítulo, o enfoque é o Histórico do município de Taquara, privilegiando o setor econômico e social, durante o recorte estabelecido. O terceiro consiste na transformação da Escola Santarém para Colégio Municipal Theóphilo Sauer, destacando a história do patrono desse educandário, a vida na escola, as atividades e os alunos que frequentam esse estabelecimento.

O desenvolvimento da pesquisa tem como principal preocupação resgatar e identificar partes da história local: Taquara em vista do projeto brizolista.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE 1961 – 2001 NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, será apresentado o projeto de ensino do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Explicaremos como foi reestruturado o ensino público, o plano de construção dos prédios escolares, denominado de “Plano das Duas Mil Escolas”.

2.1 O projeto governamental do ensino do Governo Brizola

A contribuição do Estado para a expansão das oportunidades educacionais foi marcante, 9.925 unidades escolares instaladas no Estado em 1957 tinham caráter público; os professores estavam vinculados às escolas públicas. Os alunos estavam matriculados nessas escolas, sendo elas estaduais ou municipais. O aproveitamento no ensino primário era marcante: o índice médio de evasão no ensino estadual entre 1950 a 1958 foi de 19,64%, e o índice médio de reprovação foi de 35,39%. Se somados os dois índices, podemos constatar que 55,03% dos alunos matriculados não concluíram o ano escolar.

No ensino municipal, a situação se repetia. Mas é preciso destacar que, no meio rural, com frequência, as condições e as possibilidades de acesso à escola eram, no geral, mais difíceis que no meio urbano. Os poucos prédios escolares, as grandes distâncias e a participação das crianças nas atividades agrícolas eram empecilhos concretos para a frequência normal à escola.

No período de nove anos que antecedeu ao governo de Leonel Brizola (1950-1958), percebe-se um crescimento quantitativo generalizado de alguns indicadores educacionais. Entre 1950 e 1958, no âmbito do ensino estadual, o número de estabelecimentos escolares passou de 899 para 1795; o número de professores aumentou, mas no que se refere às matrículas também teve um crescimento maior. Por outro lado, é preciso relativizar essa evolução, à primeira vista, positiva, sendo que o estado estava atendendo 55,03% dos alunos e 57,48% eram alunos atendidos pelo ensino municipal.

Foi nesse contexto educacional de precariedade, seletividade e insuficiência, com altos índices de evasão e repetência, com um magistério pouco qualificado, com poucos recursos materiais e insuficiente número de prédios escolares, que veio a se processar a ação do governo Leonel Brizola, no âmbito educacional no Rio Grande do Sul.

2.1.1 O governo de Brizola no Rio Grande do Sul

Quando ingressou na carreira política, Leonel Brizola já cursava a Escola de Engenharia, na qual havia sido admitido no ano de 1942.

Sobre a trajetória de Brizola, o que possivelmente moldou as suas ideias em relação às questões educacionais foi a influência que recebeu do pensamento positivista⁷ em sua formação, na Escola de Engenharia. A Escola de Engenharia foi fundada em Porto Alegre, no ano de 1896, por adeptos do positivismo. Em 1934, foi integrada à Universidade de Porto Alegre e, mais tarde, tornou-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde Brizola concluiu a sua formação ao mesmo tempo em que ingressou na política (CEMIN, 2010). Segundo Cemin (2010), Brizola foi discípulo de Getúlio Vargas, que antes de fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), havia participado dos governos do PRR no Estado e bebido na fonte de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. É possível vislumbrar uma herança do positivismo e do PRR na política do PTB e de Brizola. Para eles, o Ensino Primário devia ser ofertado gratuitamente pelo Estado ao proletariado. Como aconteceu no

⁷ Suas manifestações não se limitaram a um ou outro aspecto do sistema comtiano, mas abrangeram sua totalidade foram políticas, científicas, religiosas e, ainda, estéticas. Em todas essas modalidades foram indelévels as massas deixadas pela doutrina, em suas instituições e monumentos. SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998. p.126.

Doutrina sociológica fundada por Augusto Comte que prega a existência de três estágios: um teológico, outro metafísico e finalmente o positivo, que representa o coroamento do progresso de humanidade. Costa, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3.ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005, p. 72.

Filosofia criada por Augusto Comte, baseada no método da experiência, que rejeita como ilusória toda a ideia metafísica acerca da natureza e das causas dos seres materiais e espirituais. Afirma a existência de três estados, religioso, metafísico e positivista, através dos quais a sociedade evolui. O Estado tem função de manter a ordem social para haver o progresso, cabendo aos banqueiros e capitalistas a direção econômica. Nessa estrutura, a mulher é a guardiã da moral, devendo permanecer no recinto do lar para ser esposa e mãe. Flores, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Edipurs, 2001, p. 487.

governo Brizola, as administrações do PRR no Estado haviam se preocupado com a educação. As verbas destinadas a este setor eram sempre aprovadas com recursos superiores.

Não podemos deixar de falar um pouco mais sobre o caminho político de Brizola, que certamente foi influenciado pela trajetória de vida. Brizola foi um personagem que deixou a marca de sua presença, em mais de um momento estratégico da história recente do país. E, sem dúvida, alguns desses momentos foram: o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60, se pensarmos em termos do Rio Grande do Sul. No início da década de 1980, a eleição de Brizola para o governo do Rio de Janeiro foi um momento decisivo na redemocratização brasileira. Em diversos momentos de mudanças políticas e sociais, Brizola teve destaque no cenário estadual e também federal. Percebe-se que Brizola defendeu uma ampla intervenção do Estado na economia, com vistas a normatizar e prevenir o que se classifica como aspecto negativo da ação do poder econômico. Acreditava que deveria intervir para que se realizasse, em toda sua plenitude, a justiça social, que não deveria ser apenas uma frase vazia, mas que deveria se traduzir por um conjunto de medidas práticas destinadas a realizá-la. Durante o período anterior do golpe de 1964, Brizola destacou-se pela reforma agrária, encampações no setor de energia e telecomunicações, pelo movimento da legalidade e pela grandeza de seu plano de escolarização.

No ano de 1946, o político concorreu ao seu primeiro cargo público, o de deputado estadual, colocando na pauta de sua campanha a situação difícil pela qual passavam os alunos pobres que queriam estudar. Usou como mensagem de campanha a seguinte frase: “não se pode entender como um estudante militar tem tudo livros, fardamento, pensão e até um ordenado - e nós não temos nada” (CEMIN, 2010, p.15). Com esse discurso e com o auxílio de seus colegas estudantes, que ajudaram a divulgar a campanha, ele se elegeu. Eleito, devido à escassez de vagas que existia no segundo grau, passou a pautar o aumento destas, além de representar seus colegas estudantes com esses reclames. Outro ponto de suas reivindicações, nesse primeiro mandato como deputado estadual, que passou a exercer no ano de 1947, foi a questão de oferta de ensino gratuito, que Brizola julgava ser uma obrigação mínima do Estado. No ano de 1947, diplomou-se engenheiro civil.

Em 1950, foi eleito pela segunda vez deputado estadual, permanecendo na Assembleia Legislativa por mais dois anos, antes de assumir a Secretaria de Obras no governo de Ernesto Dornelles, em 1952. Tornou-se, neste momento, responsável por realizações de muitas obras importantes para o desenvolvimento do Estado, enfatizando a construção de escolas. Nesse meio tempo, no ano de 1951, fortalecido frente ao partido após várias vitórias eleitorais, concorreu à prefeitura da capital. No entanto, devido à problemas internos no PTB, perdeu a eleição por pouquíssimos votos para Ildo Meneghetti, que representava a coligação da Frente Democrática, formada pelo Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Libertador (PL).

No ano de 1953, elegeu-se deputado federal, para exercer o mandato a partir de 1954. No entanto, ficou nesse cargo pouco tempo, saindo para concorrer novamente à prefeitura de Porto Alegre. Nessa disputa, ocorrida em 1955 para assumir ao executivo municipal em 1956, venceu facilmente o pleito, mudando o quadro da eleição anterior. O adversário que ficou em segundo lugar nessa disputa foi Euclides Triches, representando a legenda do PSD. Novamente, desenvolveu a sua campanha baseado em questões referentes à educação, dessa vez usando o slogan “Nenhuma criança sem escola”, que mais tarde seria reeditado para o uso como governador do Rio Grande do Sul.

No término de seu primeiro ano à frente do governo da capital gaúcha, Brizola já havia concluído as obras de construção de vários prédios escolares, nos mais variados bairros da cidade, e também havia iniciado as construções, reformas e ampliações de outros estabelecimentos de ensino. No início do ano letivo de 1957, devido às obras das escolas, o município de Porto Alegre já poderia atender em dois turnos, 6.600 alunos. “Esta é uma contribuição mínima do município”- observava- “pois conhecemos o déficit existente no setor de ensino, calculando em 30 mil crianças necessitando de escola” (CEMIN, 2010, p. 117). Durante esse governo, foi elaborado um plano de emergência para a construção de escolas, com a intenção de abrigar mais de 30 mil alunos em turno integral. Brizola não só planejava esses investimentos na ampliação da rede de escolas, como também participava e realizava a “[...] fiscalização das obras, em companhia do secretário de obras e viação, Alcindo Guanabara Porto Alegre”. (CEMIN, 2010, p.117).

Em 1958, Leonel Brizola⁸, representando a coligação PTB-PSP-PRP, concorreu à eleição para o governo do Estado do Rio Grande do Sul, destacando, durante a campanha eleitoral, as suas propostas vinculadas à educação. A essas propostas, atribuiu um papel preponderante na sua vitória eleitoral, inferindo que o plano de educação, de erradicação do analfabetismo e da criação de escolas em todo o Estado, foi uma das principais razões da vitória eleitoral.

2.1.2 Brizola reestruturando o ensino público no Estado

Ao assumir o governo do Estado, em 31 de janeiro de 1959, Leonel Brizola reestruturou a Secretaria da Educação e Cultura (SEC), criando três subsecretarias: do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Técnico. Devido à adequação às diretrizes nacionais do Ensino, nas suas palavras a SEC seria uma secretaria das mais importantes do governo.

Essa proposta política procurava adequar-se à ideia brizolista, à instrução e educação do trabalhador. Para o trabalhismo⁹, era importante que o trabalhador tivesse um certo nível cultural para não ser vítima de demagogos, aventureiros e charlatães, e ter um mínimo de qualificação para o trabalho.

Para se chegar a essa sociedade mais justa e harmônica, um dos caminhos passa pela educação. Brizola costumava afirmar que tinha a certeza de que a questão educacional se constituía num ponto que deveria absorver as melhores energias do governo, ser motivo da mais intensa dedicação, pois educar não é apenas promover a elevação da criatura humana, mas igualmente promover a melhor forma do desenvolvimento econômico da região, de um estado ou de um país.

⁸ Leonel de Moura Brizola nasceu próximo a Carazinho, Rio Grande do Sul, então distrito de Passo Fundo, em 22 de janeiro de 1922, sendo filho de pequenos produtores rurais. Em 1939, após ter cursado o curso primário e o ginásio, transferiu-se para Porto Alegre com vistas a estudar na Escola Técnica de Viamão. Em 1942, ingressou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, diplomando-se engenheiro em 1947.

⁹ Entendemos trabalhismo como uma corrente política legítima e representativa da consciência da classe trabalhadora, principalmente no período de 1945 a 1964. GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Com a posse da nova administração estadual, foi criado um grupo de trabalho coordenado pelo secretário da Educação e Cultura, José Mariano de Freitas Beck, e composto por técnicos da Secretaria Estadual de Educação e Cultura - SEC, que tinha como missão realizar um levantamento completo da situação em que se encontrava o ensino primário no Rio Grande do Sul. Foi o relatório apresentado por esse grupo que serviu de base para o planejamento da atividade governamental brizolista.

Segundo dados, a população de 7 a 14 anos, residente no Rio Grande do Sul, em 1º de janeiro de 1959, encontrava-se em 1.003.830; o número de alunos frequentando escolas primárias era de 730.735 assim distribuídos: 129.317 no ensino particular, 320.048 no ensino municipal e 281.370 no ensino estadual. Outra conclusão do relatório era que, levando em conta somente o número de crianças de 7 a 14 anos matriculadas em todos os ramos de ensino, haveria um déficit escolar de 273.095 matrículas. Diante desses dados, Brizola, em depoimento à Revista do Ensino, concluiu que se “[...] fosse mantido o ritmo de alfabetização dos últimos anos anteriores a 1958, jamais o ensino primário conseguiria eliminar o analfabetismo no estado gaúcho” (QUADROS, 2003, p. 52.).

Segundo estimativa da SEC, para oferecer matrícula a todas as crianças de 7 a 14 anos, o sistema de ensino estadual deveria manter a matrícula anterior, aumentá-la em proporção ao crescimento vegetativo da população e, além disso, absorver o déficit escolar estimado. Para tanto, uma vez mantida a linha ascensional das matrículas no ensino municipal e particular, o Estado deveria arcar com um esforço adicional capaz de elevar matrículas de 281.370, em 1958, para 350.000, em 1960; 586.090, em 1961; e 605.066, em 1962. O Estado precisaria, a partir desses dados para o ano de 1962, contratar 23.000 professores e construir dez mil salas de aulas.

Com isso, o governo elaborou o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, que estabelecia duas metas a serem alcançadas: a escolarização de todas as crianças em idade escolar, dos 7 aos 14 anos, e a erradicação do analfabetismo. Essas metas se consubstanciavam no lema adotado pelo governo: Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul.

Para atingir a essas metas, o critério utilizado pelas autoridades educacionais do Estado foi a de levar a escola até as populações residentes nas regiões interioranas. Não havia dúvidas de que o plano racional de alfabetização, para

produzir resultados realmente positivos, devia começar pela eliminação do déficit escolar, no seio das pequenas comunidades rurais, orientando-se a ação governamental da periferia para o centro, uma vez que nas cidades o problema apresentava características mais atenuadas (QUADROS, 2003).

Para o governador, o plano de escolarização a ser implementado significava o enfrentamento de uma antiga problemática do ensino gaúcho, principalmente no tocante à alfabetização. Segundo Brizola,

[...] os grandes contingentes de analfabetos constituíam e constituem a prova de fogo porque tem de pensar os governantes do Rio Grande do Sul, de que envidem eles todos os seus esforços, fazendo o possível para conseguir a solução do problema, do qual dependerá a maior ou menor capacidade de progresso do povo sulino. O número de analfabetos na população adulta cresce no Brasil e apresenta índices de crescimento também no Rio Grande do Sul, sendo que todas as medidas tomadas para melhoria do ensino primário se revelaram insuficientes no combate ao analfabetismo que grassa na população acima de 18 anos de idade. Mesmo sendo o Estado que maior percentagem de recursos tenha destinado ao ensino, vê-se através de dados absolutos e relativos o aumento de analfabetos no Rio Grande do Sul, numa prova cabal de que o velho problema exigia ser enfrentado de modo mais positivo e mais enérgico (QUADROS, 2003, p. 11).

Para resolver o velho problema, Brizola propunha uma nova posição, que seria a de afastar os obstáculos que se opunham ao desenvolvimento do ensino primário, dando, assim, uma solução a uma antiga reivindicação da sociedade. Nessa percepção brizolista, a implementação do Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário se justificava por várias e fortes razões, como: precariedade e má distribuição de recursos, variabilidade da relação, variabilidade da relação professor-aluno, ascendente evasão escolar, continuada perda de rendimento do ensino primário, carência cada vez maior de salas de aula e, em consequência, distribuição desordenada das classes, carência crescente de educadores e insolência dos serviços administrativos.

O governo partiu para a implementação do plano de escolarização que, num primeiro momento, ficou conhecido como o Plano das Duas Mil, em razão da meta governamental de construir duas mil escolas em dois anos.

Até 1961, o Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP) havia firmado convênio com 147 dos 152 municípios do Estado, que tinham solicitado a construção de 4.110 escolas, com 5.447 salas de aula. Segundo essas informações, até dezembro de 1961 haviam sido erguidas 2.711 escolas, com

3.295 salas de aula, estando em construção outras 384 escolas. Esses prédios tinham a capacidade para matricular 381.290 alunos. Esse programa teve investimentos em cooperação com os municípios, para a construção de prédios e pagamento de professores (QUADROS, 2003). Portanto, esse convênio não foi firmado somente com municípios e com vistas a beneficiar escolas públicas municipais e estaduais. Em 1961, por exemplo, o SEDEP firmou dois acordos especiais com entidades particulares.

Em 25 de março de 1959, foi criada, pelo decreto n. 10.416, a CEPE, Comissão Estadual de Prédios Escolares, um órgão de cooperação entre a SEC e a Secretaria de Obras Públicas, que era presidida pelo secretário da Educação e Cultura e tinha a incumbência de superintender, estudar, planejar, projetar e executar as tarefas de conservação, reparos, adaptação, construção, reconstrução e aparelhamento de prédios escolares (QUADROS, 2003).

O CEPE ainda tinha uma estrutura com arquitetos que se encarregavam dos projetos, cálculos e orçamentos. Além disso, a CEPE tinha escritórios regionais instalados nas Delegacias de Ensino, tendo como missão fiscalizar a construção das obras contratadas e prestar assistência a todas as unidades escolares.

2.1.3 As construções dos prédios escolares

Essas construções de prédios escolares no governo de Brizola se vincularam a oito planos de construção: projeto piloto, plano A, plano B, projeto ou plano especial, retomados, plano F, plano FM e ampliações (QUADROS, 2003).

O projeto piloto teve início em 1959, quando o governo do Estado, através de um edital, estabeleceu uma concorrência – concurso para a construção de unidades escolares. Seis empresas dispuseram-se à construção de um prédio escolar cada, com vistas à avaliação e julgamento das condições. Assim, foram construídos seis prédios escolares em Porto Alegre no início de 1960, substituindo ou ampliando as unidades escolares que se encontravam em precárias condições. Já em casos de convênios entre estado e os municípios, caberia às prefeituras escolher as empresas construtoras, através de licitação.

No Plano A, vinculava-se a construção de unidades escolares completas, de madeira ou alvenaria, de duas a oito salas, com dependências para parte administrativa, sanitários e pátios cobertos. Geralmente eram construídas na sede de municípios ou distritos (QUADROS, 2003).

Já no Plano B, havia a construção de unidades escolares em madeira, por administração direta do CEPE, por meios de suas residências. Eram localizadas em zonas rurais ou com pequeno número de população, tendo como interesse de desafogar as escolas já existentes. Nesse plano, foram construídos prédios em madeira ou alvenaria com duas até quatro salas, ou algumas vezes até mais salas de aula, com sala administrativa e depósito (QUADROS, 2003).

O outro plano, conforme Quadros (2003) foi o Projeto ou Plano Especial, com obras de grande aspecto construídas em alvenaria, compostas por até 17 salas de aula, com auditório, pavilhão para educação física e demais dependências, feitas pelas residências da CEPE ou por concorrência pública. O plano da Retomada era a conclusão das obras que já haviam sido iniciadas, mas estavam paralisadas.

O Plano F, de acordo com Quadros (2003), era o remanescente do Plano A. Eles se diferenciavam porque o F poderia ser financiado em 18 meses, sendo atribuído a uma única construtora. Esses prédios escolares eram de alvenaria, tendo de três a oito salas; uma parte administrativa, incluindo moradia para professor e demais dependências.

O Plano FM também foi remanescente do Plano A. Ele se diferencia do anterior pela construção de prédios de madeira, tendo de três a oito salas, administração, moradia para professor e dependências (QUADROS, 2003).

O último é o de ampliações para prédios já existentes, principalmente os prédios localizados no interior. Era padronizado, variando o número de salas tendo área para serviços administrativos, espaço para circulação e sala de aula com capacidade de atender 35 alunos (QUADROS, 2003).

Com isso, foi planejada a edificação de duas mil escolas até o final do mandato de Brizola, em 1962. Sendo assim, centenas de escolas de madeira foram erguidas no Rio Grande do Sul, possibilitando a abertura para educação universal e gratuita para maior parte dos sul-rio-grandenses. Essas escolas ficaram conhecidas como “Brizoletas” (QUADROS, 2003).

Apesar das dúvidas serem maiores do que as certezas, ousa-se inferir que Brizola representava, em primeiro lugar, a si próprio. Logo, acreditava que se toda a

população tivesse oportunidades semelhantes, se nenhuma criança ficasse sem escola – o que era exceção – o seu caso, por exemplo, poderia se tornar regra. Brizola estava imbuído de uma poderosa convicção pessoal, que o motivava à ação, de que a educação era a melhor estratégia para a superação do subdesenvolvimento.

2.2 O Plano das Duas Mil Escolas

Segundo Quadros (2003), o governo partiu para a implementação do programa Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul que, num primeiro momento, ficou conhecido como o Plano das Duas Mil, em razão da meta governamental de construir duas mil escolas em dois anos.

O órgão encarregado de gerenciar o Programa de Expansão Descentralizada do Ensino Primário era o Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP). O Programa baseava-se na celebração de convênios entre Estado e municípios. Os municípios informavam ao governo quais eram suas necessidades e termos de prédios escolares e de salas de aula, e o Estado forneciam os meios técnicos e financeiros para a execução das obras.

Quadros (2001) destaca que Brizola tomava como referência para o programa educacional o seu exemplo pessoal de um sujeito que nascera pobre no interior do Estado, fora para a capital em busca de melhores oportunidades e venceu na vida graças ao acesso às oportunidades educacionais e ao trabalho. Brizola acreditava que se toda a população tivesse oportunidades semelhantes, se nenhuma criança ficasse sem escola, o seu caso, que era exceção, poderia se tornar regra.

O projeto deu origem à construção dos prédios escolares que se popularizaram como “Brizoletas” ou Escolinhas do Brizola. Nos quatro anos do governo Brizola (1959-1963), foram construídas 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidades para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos; e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos.

As escolas tinham características bem específicas. Eram feitas de madeira e, no geral, tinham uma ou duas salas de aula. O projeto arquitetônico das Brizoletas

era padronizado, podendo variar o número de salas de aula conforme cada plano de construção, como apresentado anteriormente. Era relativamente simples, incluindo, no geral, área para serviços administrativos, espaço para circulação e salas de aula com capacidade para 35 alunos. A opção pela construção de prédios de madeira no interior do Estado decorreu da relativa abundância de madeira no Estado, do menor custo em relação às construções em alvenaria, que foram realizadas apenas nas cidades com maior número de população, da disponibilidade de mão de obra especializada em carpintaria ou marcenaria e, por último, da dificuldade de transporte para o interior dos materiais necessários para a construção de prédios de alvenaria.

Portanto, o desenvolvimento desse projeto, que ainda sobrevive na memória de muitas pessoas, representou uma possibilidade muito efetiva de acesso a oportunidades educacionais. Nesse sentido, para atingir aos seus fins o governador não poupou ações e nem recursos no âmbito educacional: aumentou impostos, elevou o orçamento da Secretaria da Educação e Cultura, construiu escolas, contratou professores, ofereceu bolsas de estudos e apoiou as escolas privadas.

Conforme Quadros (2001), para implementar o programa de escolarização, o governo usou cinco expedientes principais: Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP), Comissão Estadual de Prédios (CEPE), contratação de professores, compra de vagas de escolas particulares em troca da cedência de professores estaduais e concessão de bolsas de estudos. Convém apontar alguns elementos sobre cada um desses expedientes.

1) Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário: órgão criado e encarregado de gerenciar o Programa de Expansão Descentralizada do Ensino Primário. O Programa apresentava características de uma experiência de descentralização da educação e tinha como lema “Expandir, descentralizando”. Baseava-se na celebração de convênios de colaboração, envolvendo estado e municípios. Os municípios informavam ao governo do estado suas necessidades de prédios escolares e sala de aula, e este fornecia os meios técnicos e financeiros para a execução das obras. (QUADROS, 2001).

2) Comissão Estadual de Prédios Escolares: criada pelo Decreto n.º 10.416, de 25 de março de 1959. Tratava-se de um órgão de cooperação entre a Secretaria de Educação e Cultura e tinha a incumbência de superintender, estudar, planejar, projetar e executar tarefas de conservação, reparos, adaptação,

construção, reconstrução e aparelhamento de prédios escolares. Deste órgão colegiado e especializado, ainda participavam o secretário de Obras Pública, os subsecretários de Educação e a diretoria do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE) (QUADROS, 2001).

3) Contratação de professores: segundo dados do governo do estado, houve significativo crescimento do número de professores contratados (QUADROS, 2001):

4) Cedência de professores: prática comum durante o governo Brizola foi o de estado ceder professores ou repassar recursos destinados à construção ou aparelhamento de prédios para entidades mantenedoras de escolas particulares, em troca de vagas para alunos excedentes em escolas públicas. Em 1959, foram cedidos 591 professores; em 1960, o número foi de 812; e, em 1961, foram 668 (QUADROS, 2001).

5) Bolsas de estudo: o quinto expediente pelo qual o governo buscava possibilitar o acesso à escola era a concessão de bolsas de estudo para o curso primário. O Decreto n.º 10.598, de 14 de julho de 1959, autorizava a concessão de bolsas de estudo para o curso primário a partir do terceiro ano (QUADROS, 2001).

Assim, as escolas construídas no Rio Grande do Sul se tornaram símbolos do governo e do próprio executivo. Tais escolas não eram prédios quaisquer; sua presença representava um mundo novo que se abriu.

Os prédios escolares geralmente eram construídos às margens de estradas ou voltados para a rua, característica da arquitetura que pode servir para facilitar o acesso ou indicar que a escola está aberta para receber um mundo novo.

Assim, a escola tornava-se, então, a expressão simbólica da ação estatal, da civilização, da modernização, projetando:

[...] seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que rodeia. (QUADROS, 2003, p. 64).

Nesse contexto, as brizoletas e sua arquitetura certamente adquiriram um conteúdo educador, pois parece inegável que a arquitetura pode ser vista como um programa educador, ou seja, por si mesma bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a

decoreção exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

As brizoletas constituem, pois, um espaço planejado que educa. Não têm fachadas imponentes ou majestosas; muitas sequer são sólidas, já que foram construídas em ritmo de emergência. Pelo contrário, são edifícios simples e modestos, mas que trazem, em sua concepção, uma missão civilizadora e modernizadora.

2.3 As Alterações na Lei de Diretrizes de Base

Neste subcapítulo, iremos abordar sobre a Lei de Diretrizes de Base da Educação, pois como vimos no subcapítulo anterior, a construção das brizoletas também teve que seguir à LDB.

Em 1959, surgiu a Emenda Carlos Lacerda (seu terceiro substitutivo), prevalecendo sobre o texto das Diretrizes de Bases da Educação Nacional, alterando substancialmente, a pujança do projeto original.

Cento e oitenta educadores lançaram um manifesto à nação, solicitando ao governo que o projeto da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional fosse rejeitado. Depois de treze anos de discussões, foi promulgada a Lei 4.024, que regulamentava as Diretrizes de Bases da Educação Nacional. O presidente João Goulart ainda vetou 25 artigos, que posteriormente receberam aprovação pelo Congresso.

Nesse mesmo período, a indústria começou a se desenvolver, a educação também, em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. A partir de 1961, as escolas brasileiras passaram a ter maior liberdade na elaboração de programas e no desenvolvimento de conteúdos de ensino, havendo a criação de setores especializados nas escolas para a coordenação de suas atividades e, também, a disputa da escola pública com a privada. É importante destacar que, embora as “Diretrizes de Bases” tenham sido postas na LDB de 1961, uma educação para a cidadania somente foi contemplada posteriormente, na LDB de 1996.

Com o Regime Militar, em 1964, o Brasil passou a fazer parte de um novo contexto de internacionalização da economia e, com a globalização da economia, tornou-se necessário um novo redimensionamento da sociedade, bem como dos meios de produção, acabando por produzir efeitos na própria educação, que redefine suas diretrizes de bases. Foi o estado quem tomou a sua direção e não mais a sociedade civil. Durante a década de 70, o país vivia em pleno Regime Militar. Nessa década, havia uma intensificação maior para acelerar a economia, o mercado brasileiro abriu-se para a participação de empresas multinacionais. A educação foi adequada a este projeto de governo. Com a regulamentação contida no Parecer 77/69 do C.F.E., ocorreu a reorganização do ensino, passando os ciclos a serem denominados 1º e 2º graus, através da Lei 5692/71.

Em 1971, foi sancionada a Lei n.º 5692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, imposta pelo governo quase sem discussão e sem a participação de estudantes, professores e outros setores sociais interessados.

Em 1982, houve uma modificação através da Lei n.º 7044/82, estabelecendo como objetivo da educação:

O ensino de 1º e 2º graus, tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao seu desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Focalizando a especificidade nos dois níveis de ensino, essa lei apresentou a preparação profissional: sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no 1º grau e habilitação profissional no 2º grau (ambos em consonância as necessidades do mercado de trabalho).

No caso da atual LDB, a iniciativa foi da Câmara Federal, através do anteprojeto apresentado em dezembro de 1988 pelo Deputado Federal do PMDB de Minas Gerais, Octávio Elisio, Ex-secretário da Educação do governo Tancredo Neves (1983-1987).

O anteprojeto é inovador sob vários aspectos. Cria um sistema nacional de educação, congregando os vários serviços educacionais desenvolvidos no território nacional. Esse sistema tem por finalidade articular as redes federal, estadual, municipal e particular nos diferentes graus, modalidades e tipos de educação (art. 5º e art. 6º). O artigo 15 prevê que “[...] as linhas mestras da administração da

educação serão definidas no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais aprovados de quatro em quatro anos pelos respectivos”.

A lei, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 1996, recebeu o nº 9.394 e também ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro, em uma homenagem ao seu principal autor. Por esse aspecto, a homenagem é justa, embora seja, do ponto de vista ético, muito discutível o papel desempenhado pelo ilustre antropólogo em todo esse episódio. Dessa forma, surgiu um estado comprometido com a lógica neoliberal, cujos reflexos em educação podemos observar na nova LDB (lei nº. 9394, de 20.12.96) e na Lei do Fundão (Lei nº. 9492, de 24.12.96).

A Lei Federal nº 9.394 inovou em vários aspectos. De início, há que se destacar o fato de que estabeleceu uma efetiva coordenação do Ministério da Educação, criando, desse modo, condições para o desenvolvimento de uma política para o setor da educação em âmbito nacional. Nesse sentido, o artigo 9º atribui à União a responsabilidade pela elaboração de um Plano Nacional de Educação, aliás, já aprovado pelo Congresso Nacional e em vigor desde o ano de 2001.

Estabeleceu, ainda, um sistema de colaboração entre Governo Federal, Estados e Municípios. Atribuiu também à União, em colaboração com esses entes federativos, a responsabilidade pela elaboração de diretrizes para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), princípios que norteariam os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. No próximo capítulo, apresentaremos um histórico do município de Taquara, bem como o setor econômico desse município, no período de 1961 a 2001. Abordaremos, ainda, a necessidade da construção de uma Brizoleta, em um bairro operário desse município.

3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA

Como retratamos o projeto educacional de Brizola e a legislação que regulava o ensino brasileiro, se faz necessário analisarmos como Taquara, o município onde se localizava uma Brizoleta, estava estruturada. Pretendemos, além de situar a cidade de Taquara no contexto histórico do Rio Grande do Sul e do Brasil, contar um pouco de sua história a partir de 1814, com a vinda dos primeiros colonizadores até o ano de 2001. Também iremos abordar sobre o setor econômico do município e a sua sociedade, destacando principalmente a Vila Santarém, que mais tarde passou a denominar Bairro Mundo Novo. Aprofundaremos o assunto que se refere à transformação da Escola Municipal de 1º e 2º Grau Theóphilo Sauer para Colégio Municipal Theóphilo Sauer.

3.1. Localização

No contexto nacional e estadual, Taquara é um município brasileiro, localizado no estado do Rio Grande do Sul a uma altitude de 29° 39' 02" sul e uma longitude 50° 46' 50" oeste. Está a uma altitude de 57 metros. Sua população é de, aproximadamente, 54.656 habitantes. A cidade possui uma área de 458 km².¹⁰

¹⁰ Informações consultadas em site:

<http://www.taquara.com.br/home/show_page.asp?id_CONTEUDO=2889&codID_CAT=835&id_SERVICO=&ID_LINK_PAI=&categoria=Cidade>



Figura 1 – Mapa Rotatória do Município de Taquara
 Fonte: Prefeitura Municipal de Taquara

Conforme mostra a figura, o município de Taquara está localizado na Encosta Inferior da Micro Região Colonial da Encosta da Serra Geral, distante 72 km de Porto Alegre, 40 km de Gramado, 48 km de Canela, 40 km de São Francisco de Paula, 36 km de Novo Hamburgo e 89 km de Tramandaí. Destacamos, ainda, que o município é ponto de ligação entre importantes regiões do Rio Grande do Sul, como a Serra Gaúcha, o Litoral, a Região Metropolitana e o Vale dos Sinos.

O nome da cidade se originou da própria planta Taquara, que é um tipo de bambu que margeava o Rio dos Sinos, um dos cursos d'água que banha a cidade.

3.2. Origens históricas de Taquara

Em meados do século XIX, as terras compreendidas entre os Rios dos Sinos, Santa Maria e Rolante estavam ocupadas por indígenas e famílias lusas que possuíam fazenda e pequenas posses nessa região (FERNANDES, 2005).

A partir de 1846, os imigrantes alemães começaram a ocupar essa colônia, houve uma enorme transformação da paisagem local em função do desmatamento dos pinheirais existentes, da ação dos colonos e do choque cultural do colono com os índios que a essas terras habitavam.

Dentro do processo de formação dos municípios do Vale dos Sinos e Paranhana, desponta o município de Taquara, que se originou das terras pertencentes à sesmaria de Dom Diogo de Souza, comandante das forças portuguesas na Capitania de Rio Grande que concedeu, em 1814, a Antônio Borges de Almeida Leães essa área de terra a que ia do Rio Santa Maria (atual Paranhana) até Rolante.

Com a morte de Leães, as terras ficaram para sua viúva, que acabou vendendo-as para Tristão José Monteiro e Jorge Eggers. Após essa aquisição, Tristão iniciou a colonização das terras, trazendo, em 16 de maio de 1846, o primeiro grupo de colonizadores alemães. Em setembro do mesmo ano, Tristão tornou-se proprietário único dessas terras, que foram divididas em lotes, distribuídos a imigrantes, em sua maioria, vindos da Colônia de São Leopoldo (FERNANDES, 2005).

O município, criado em 1886, somente teve efetivada sua instalação no ano de 1888. A cidade foi emancipada no dia 17 de abril de 1886. Na época, a economia de Taquara baseava-se na agricultura e na agropecuária, se destacam as culturas do feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca; seguidos da criação de suínos e gado leiteiro e, mais tarde, o piretro¹¹. Esses produtos eram transportados conforme as necessidades do rápido crescimento econômico e populacional da Colônia do Mundo Novo. Os transportes também eram utilizados de acordo com a dinâmica desenvolvida pela colonização. Para tanto, devido às condições geográficas, aproveitavam-se do Rio dos Sinos, onde funcionava um porto para realizar o transportes das mercadorias da colônia para a capital e vice-versa; serviam-se dos tropeiros, que abriam caminhos, estradas e passos (passagens pelos rios), para levar as mercadorias até o porto: faziam uso, mais adiante, do trem, que vencia uma série de obstáculos ajudando a dinamizar o transporte tanto de produtos quanto de pessoas (REINHEIMER, 2011).

Dessa forma, a vida social na Colônia foi se desenvolvendo. Eram organizadas festas, passeios a cavalo, excursões fluviais e piqueniques festivos.

¹¹O piretro é uma planta de cuja flor se extrai a piretrina que é utilizada na produção de inseticida. Principalmente, nas décadas de 40 e 50, constituía fonte de economia para o município de Taquara, ao ponto de render-lhe o título de “Capital do Piretro”. Semelhante a margarida, a flor do piretro era colhida manualmente por todos os integrantes das famílias que a essa tarefa se dedicavam. Fonte: BARROSO, Vera Maciel, MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto (orgs.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008.p.1047 a 1410.

Quando os núcleos comerciais começaram a prosperar, os imigrantes alemães e seus descendentes tiveram condições para investir em sociedades de canto, ginástica e tiro. Antes disso, praticavam esses ritos em espaços privados, do seu meio familiar. A música tanto era utilizada no espaço sagrado quanto no profano. Somente em 1849, umas das casas residenciais da Colônia passou a ser utilizada para esse fim. Com o passar do tempo, as festas maiores passaram a ser promovidas pela igreja, onde colonos e comerciantes podiam ocupar o mesmo espaço (REINHEIMER; MEYRER, 2011).

Nos dias de hoje, a economia do município está baseada, mais fortemente, na indústria e no comércio. A agricultura ainda persiste, mas não como fonte principal (REINHEIMER, 2011).

3.3 A população do Bairro Mundo Novo (ex-Vila Santarém)

A economia no município de Taquara se encontrava bem diversificada. Utilizamos dados encontrados nas fichas de matrícula¹² dos alunos da Escola Santarém e podemos perceber que o Bairro onde a escola se localiza é de uma população operária, em que os pais dos alunos trabalham em diversos setores da economia, como: biscateiro, pedreiro, pintor, agricultor, carteiro, sapateiro, açougueiro, valeiro, servente, mecânico, funcionários da CEEE, carroceiro, garçon, jardineiro, leiteiro, funcionário público, Policial Militar. Podemos inferir que a economia em nosso município estava voltada para diversos setores, não podendo esquecer do setor comercial, que sempre foi o forte da economia nesse município.

Durante a década de 1960, foi instalada a pasteurização e o primeiro equipamento de desidratação de leite por sistema de evaporação em tachos com câmara (REINHEIMER; MEYRER, 2011).

Após a formação da CORLAC, em 1969, foi instalada a usina de desidratação por torre de secagem, que passou a receber 100.000 litros/dia de leite da região, mais 100.000 litros/dia em caminhões tanque de Porto Alegre. Essa usina foi a primeira de leite em pó no Estado, tornando-se um pólo de referência no setor (REINHEIMER; MEYRER, 2011).

¹²Ficha de matrículas analisadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes -SMECE.

Também nessa mesma década, podemos destacar a Pirisa Piretro Industrial S/A de Taquara. Essa empresa embarcava para fabricantes inseticidas concentrados, intermediários padronizados, butóxido de piperonil e espirais a granel ou embalados. Assim, todas as marcas de inseticidas domésticos vendidos no Brasil continham os produtos da Pirisa (REINHEIMER; MEYRER, 2011).

Havia, no bairro da escola, muitos operários, conclusão que chegamos a partir da listagem das profissões dos pais dos alunos. Portanto, destacamos que nesse período havia profissões que não tinham carteira assinada, que seriam trabalhadores autônomos, mas ao mesmo tempo, aparecem as profissões em que trabalhadores já são concursados. Esse dado é um dos argumentos que justificam a decisão de construir uma brizoleta no bairro¹³.

Os moradores do bairro onde se encontrava a Escola Santarém, eram uma população de trabalhadores em diversos setores na economia taquarense. A Escola foi criada para atender aos filhos desses operários, que não tinham como levar seus filhos para outras escolas, pois dependiam de transporte e não possuíam condições financeiras para isso.

Nas fichas de matrículas analisadas no arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SMECE, constam os sobrenomes dos alunos, sendo que no ano de 1961, não encontramos dados dos pais dos alunos e das profissões. Dentre os sobrenomes que encontramos, dos alunos referente ao 1.º ano de 1961, destacamos os seguintes: Rodrigues, Silva, Oliveira, Marins, Wagner, Rosa e Santos. Enquanto em relação aos sobrenomes dos alunos do 2.º ano, localizamos os seguintes: Hess, Krippa. Já do 3.º ano, destacamos o sobrenome de Scherer, sendo que os demais já foram citados acima.

No ano de 1962, identificamos outros sobrenomes, como: Belizário, Braga, Fay, Crippa, Jungbluth. Já, no 2.º ano, há um novo sobrenome, Santiago. Ainda observamos que nas listagens aparecem outros sobrenomes de famílias, como: Passos, Krummenauer. Reis, Boeira, Campos e Nantal, nessas fichas observadas não há data nem mesmo o ano. Já no ano de 1964, surgem sobrenomes diferentes: Másera, Vastuk, Angeli, Haag, Ribeiro, Gottlieb, Matte, Caetano.¹⁴

¹³Ficha de matrículas, anos 1961 a 1983, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SMECE. Escola Municipal de 1º Grau Theóphilo Sauer.

¹⁴Ficha de matrículas, anos 1961 a 1983, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SMECE. Escola Municipal de 1º Grau Theóphilo Sauer.

Em 1965, há o registro de outros sobrenomes, como Severo, Pack. Notamos que o bairro estava aumentando sua população, pois surgiram novas famílias que procuraram a escola para matricular seus filhos. No ano seguinte, foram matriculados alunos com nome de Cardoso, Rudolfo, Ludvig, Monteiro, Pinheiro, Borba. Praticamente durante todo ano surgiam novos nomes. Isso pode ser constatado nas fichas, é o caso de 1966, quando aparecem outros nomes: Modesto, Fraga, Sperb, Barros, Heidrich, Pereira, Flesch¹⁵.

Sobre o ano de 1967, os nomes se repetem, não consta nenhum sobrenome novo. Já em 1968, encontramos alguns sobrenomes como Garcia, Berto, Machado. Somente no ano de 1969 mudou o modelo de ficha de matrícula e encontramos também a profissão dos pais dos alunos. Neste caso, destacamos o sobrenome Sperb, que o pai era operário; Ferreira que era pintor; Brito que era Sapateiro; Santos que era barbeiro. Novamente observamos que de 1971 até 1979 os nomes e as profissões se repetem. Mas a partir dos anos 1980, começaram a aparecer novos sobrenomes, como: Martins, Assunção, Correa, Antunes, Coelho, Celistre, Martini, Hofmann. Percebemos ainda que havia um grande número de famílias, com as mesmas profissões, já citadas anteriormente¹⁶.

No ano de 1981, a escola mudou de endereço. O espaço da escola já não comportava o grande número de alunos. Podemos ver pelas fichas de matrícula que o número de famílias era de, aproximadamente, umas 500 famílias, que moravam nos arredores da escola.

Percebemos que, nos anos mais próximos, com a escola já em novo endereço, tinha uma abrangência maior, atingindo outros bairros próximos do educandário. Assim, inferimos que a inclusão de novos sobrenomes indica o número maior de alunos.

Assim, a Vila Santarém, como ficou conhecida por longos anos, nunca foi uma Vila no município. A rua recebeu essa denominação, "Rua Santarém". Quando a escola foi criada, levou a denominação de Escola da Vila Santarém. Após alguns anos, mudou de endereço, onde permaneceu até o ano de 1983. E, nesse momento, foi alterado o nome do educandário. A partir de 10 de outubro de 1996, essa

¹⁵ Ficha de matrículas anos 1961 a 1983, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SMECE. Escola Municipal de 1º Grau Theóphilo Sauer.

¹⁶ Ficha de matrículas anos 1961 a 1983, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SMECE. Escola Municipal de 1º Grau Theóphilo Sauer.

localidade, conhecida popularmente como Vila Santarém, passou a se denominar de Bairro Mundo Novo, através da Lei Municipal n.º 2.019/96.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA

Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL N.º 2019/96

Denomina de Bairro “MUNDO NOVO” uma área territorial urbana no Município de Taquara.

ARI RODRIGUES, Prefeito Municipal de Taquara, usando das atribuições legais, FAÇO SABER que, em sessão realizada em 16.09.96, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1.º - Denomina de Bairro “Mundo Novo”, uma área territorial Urbana Municipal .

ART. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de seu promulgação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARA, 10 de outubro de 1996.

Ari Rodrigues
Prefeito Municipal

Registre- se e Publique-se

4 DE ESCOLA SANTARÉM PARA COLÉGIO MUNICIPAL THEÓPHILO SAUER

Iremos abordar, neste capítulo, a história do Colégio Municipal Theóphilo Sauer, que nasceu como uma Brizoleta. Apresentaremos um breve histórico, as atividades realizadas na escola e uma retrospectiva das denominações que a escola possuiu, como também um pouco da vida do Patrono da Escola.

4.1 Um breve retrospecto histórico

A Escola Santarém iniciou em um prédio de madeira com duas salas de aula e uma secretaria, situada na Rua Pinheiro Machado, 360, Vila Santarém. Assim começou a funcionar a Escola Municipal da Vila Santarém.



Figura 2 – Escola Santarém – Fundada em 1961 era um “Brizoleta”

Fonte: Acervo do Banco de Imagens do Colégio Municipal Theóphilo Sauer (2011).

A Escola Santarém¹⁷, fundada em 1961, era uma “Brizoleta”, isto é uma escola construída no governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Em um prédio de madeira, iniciou uma história de conquistas e realizações, fundava-se a Escola Municipal da Vila Santarém para atender à população do bairro operário. As

¹⁷ Sobre a Escola Santarém publicamos o artigo FRANZEN, Darlei Eduardo. Há 50 anos ajudando a construir um mundo melhor: Colégio Municipal Theóphilo Sauer. IN: REINHEIMER Dalva (org.). **Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos/FACCAT**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

atividades escolares iniciaram em 27 de abril de 1961, com o curso primário, tendo 2 professores e 24 alunos de 1ª a 5ª série. A primeira Diretora da Escola foi a Professora Maria Aracy dos Santos Teixeira (1961 a 1968), cuja Administração Municipal estava a cargo de Willybaldo Bernardo Samrsla, tendo como Secretária de Ensino a professora Domênica Marciano Gonzaga.

Como vimos no capítulo 2, houve vários planos de construções, mas o plano desse estabelecimento de ensino foi o plano A, pois geralmente eram esses os construídos nas sedes dos municípios ou nos distritos.



Figura 3 – Maria Aracy dos Santos Teixeira 1ª Diretora -1961- 1968

Fonte: Acervo da Galeria dos Ex- Diretores do Colégio M. Theóphilo Sauer (2011)

Em 1968, assumiu a direção da escola a professora Laci Ivone Schuck. O estabelecimento de ensino contava com três professores e 77 alunos. Em 1970, houve a construção de uma sala de aula anexa, porque a Escola estava crescendo tanto que exigia essa ampliação, pois contava com 130 alunos e seis professores. O Prefeito Municipal era José Theomar Lehnen. No dia 12 de agosto de 1971, foi fundado o Círculo de Pais e Mestres da Vila Santarém, sendo o Presidente o Sr. Celso Garcia e Vice-presidente o Sr. Celedo Ritzel. O CPM desde então desenvolveu um trabalho atuante, junto à comunidade escolar, tendo como presidente a ex- aluna do Colégio, da turma 221, Vilga de Aguiar. Em 1977, assumiu à Direção a professora Maria Anadiles Bernardes e o Prefeito Municipal era Tito

Lívio Jaeger e a Secretária Municipal de Educação Maristela Riva Knauth. A Escola continuava crescendo, tendo sido aberto, neste mesmo ano, o Jardim de Infância.

Em 1980, a Escola mudou de endereço, passou para a Rua João Bayer, esquina Picada Gravatá. Nessa época, possuía cinco salas de aula, um sanitário masculino e um feminino, uma cozinha, uma secretaria, uma sala de direção e um banheiro para os professores. A transferência da Escola da Vila Santarém, onde se localizava, para o Bairro Petrópolis, foi realizado na Administração do Prefeito Municipal Tito Lívio Jaeger, que dotou a Escola de amplas instalações.



Figura 4 – Foto da inauguração do novo prédio da escola em novo endereço. Inauguração 17 de abril de 1980.

Fonte: Acervo do Banco de Imagens do Colégio Municipal Theóphilo Sauer (2011).



Figura 5 – Foto do grupo de professoras na inauguração do novo prédio

Fonte: Acervo do Banco de Imagens do Colégio Municipal Theóphilo Sauer (2011).

Em 1982, a Escola foi ampliada, contando com 10 salas de aula, dois sanitários masculinos e dois sanitários femininos, um banheiro para professores, um laboratório, biblioteca, cozinha, secretaria, sala de direção e pátio cercado. As séries em funcionamento iam do jardim à sétima série. Quanto aos recursos humanos, a Escola contava com 28 professores, 450 alunos e 5 serventes. Em 1983, assumiu a Direção o professor Telmo de Jesus Carlotto e a Escola contou com 500 alunos, do jardim à 8ª série, tendo nesse ano a sua primeira turma de formandos. A administração do município estava à cargo de Antônio Carlos Ebling e como Secretária de Educação, a professora Domênica Marciano Gonzaga.

A escola, até então “Escola Municipal da Vila Santarém”, passou a denominar-se “Escola Municipal de 1º Grau Theóphilo Sauer”.



Figura 6 – Foto da inauguração da placa com o nome da Escola Theóphilo Sauer. Presença da viúva de Theóphilo Sauer, seus filhos e netos. 1983.

Fonte: Acervo do Banco de Imagens do Colégio Municipal Theóphilo Sauer (2011).

Em 1984, assumiu a Direção a professora Marlene Eloisa Ballin Carlotto, contando a escola com 600 alunos de jardim à 8ª série, 31 professores e 5 serventes. Começou a funcionar o turno da noite (5ª à 8ª série). Nesse mesmo ano, foi inaugurada a nova sala de aula do jardim. Em 1985, o Coral Infantil da escola participou do Festival Internacional de Coros, no Salão de Atos da UFRGS, em Porto Alegre, fazendo a abertura desse evento. Em 1986, o Coral fez a abertura do 21º Festival Internacional de Coros no Teatro da OSPA, em Porto Alegre. Ainda nesse ano, foi implantado o 2º Grau (noturno). Inicialmente, foi proposto o funcionamento do curso de secretariado e, quando da autorização, passou a funcionar como PPT (Preparação para o Trabalho). Contava, aproximadamente, com 900 alunos do

jardim ao 2º Grau, 51 professores e 6 serventes. Havia a construção da quadra de esportes, uma sala de aula e o refeitório na parte inferior da ala B.

Uma nova adequação legal foi implantada e a Escola passou a chamar-se Escola Municipal de 1º e 2º Graus Theóphilo Sauer. A partir de 26 de julho de 1988, assumiu a direção Augusto Luiz Ebling, permanecendo até meados de 1989, quando a professora Virgínia de Lima Velho Junges assumira a direção. De 1990 a 1993, assumiu a direção a professora Eva Nunes Philereno. A escola contou com 1000 alunos, 51 professores, 7 funcionários e 11 salas de aula.

Em 20 de julho de 1993, assumiu a Direção da Escola a professora Sonia Maria Fernandes da Costa, no mandato do Prefeito Municipal Ari Pereira Rodrigues, que nomeou como Secretária de Educação a professora Délcia Faustina Livi da Cruz que não concluiu a sua gestão, sendo substituída pela professora Venilda de Jesus Diehl. Nesse ano, iniciou a construção do Ginásio de Esportes ao lado da Escola, concluído em 1994. Por problemas técnicos, o ginásio foi removido, em 1999, para a Escola Municipal Emílio Leichtweis, em Fazenda Fialho.

Em 1994, foi instalada a Classe Especial de Deficientes Auditivos, tendo como professora Claudia Koch da Silveira. Havia uma turma de 8 alunos, tinha-se o objetivo de integrá-los à sociedade. Nesse ano, foi criado o Slogan da Escola: “Theóphilo Sauer, o começo de vários futuros”.



Figura 07 – Foto da Bandeira do Colégio Municipal Theóphilo Sauer
Fonte: Acervo particular de Darlei Eduardo Franzen

No mesmo ano, foi criada e confeccionada a Bandeira da Escola, de autoria da aluna Janaina Maria de Azevedo (8ª série). O logotipo da Bandeira significa a

união dos três turnos: manhã, tarde e noite. A figura maior significa o 2.º grau; a média o 1.º grau; e a pequena a pré- escola.

Nesse ano, foram instaladas quatro torres com holofotes na quadra de esportes, para beneficiar, sobretudo, os alunos do turno da noite. Foram instaladas também tabelas de basquete.

Em 1995, a Escola realizou reformas de alvenaria na secretaria, salas do SOE (Serviço de Orientação Educacional) e SSE (Serviço de Supervisão Escolar), no “hall” de entrada, e no piso ao lado da sala dos professores. Houve também a construção da sala para a documentação de passivo da secretaria. No dia 26 de agosto, a Escola teve informatizada a sua secretaria; isso foi possível através de uma ação conjunta entre o CPM da Escola e a Comunidade Escolar. Foram adquiridos dois computadores 486, que serviriam para auxiliar em todos os trabalhos da secretaria, principalmente, naqueles relacionados à vida escolar do aluno. A Escola promoveu, nesse ano, entre o corpo docente, a escolha do “Melhor Companheiro Professor”, cujos escolhidos por turno respectivamente foram: Rubem Romeu Heinrich (manhã); Nádia Cassiano Schein (tarde) e Sílvia Regina Langhammer (noite). A partir de então, essa escolha ocorre anualmente.

Em 1996, ao completar 35 anos de existência, a Escola recebeu uma linha telefônica. Ainda nesse ano, a Escola recebeu através do Governo Federal, uma antena parabólica, uma televisão 20 polegadas e um vídeo cassete (Kit TV Escola). Houve também a reforma de um banheiro masculino. Dentro das comemorações dos 35 anos de existência, foi promovido um Baile da escolha Garoto e Garota Theóphilo Sauer, nas categorias Mirim, Juvenil e Adulta.

Em 1997, o Jornal Panorama promoveu uma Gincaninha de Ruas, fazendo os trabalhos de limpeza e embelezamento das mesmas, e a Escola classificou-se em primeiro lugar. Ocorreu a reforma de um banheiro feminino, a construção de arquibancadas no pátio e o endereço da escola alterou da Rua Picada Gravatá para a Rua João Bayer, nº 15. Em outubro do mesmo ano, a Escola encaminhou ao MEC (PROINFO), um Projeto de um Laboratório de Informática, para que os alunos pudessem ter acesso a computadores de última geração, enviados pelo Governo Federal. A elaboração desse projeto foi coordenada pela professora Jussara Catanio Mehlecke.

Em 1998, a partir de março, assumiu a Direção da Escola a professora Marlene Haydeé Bender Steffen, sendo o prefeito Tito Lívio Jaeger e secretário

Municipal de Educação o professor Delmar Henrique Backes. Em julho desse ano, a Prefeitura Municipal adquiriu um terreno para construção do Ginásio de Esportes, situado na Rua João Bayer, ao lado do Hotel dos Viajantes. Na ocasião, o Prefeito Municipal anunciou o início das obras de 3 salas de aula, a ala C, que serviria para o funcionamento da Pré-Escola, Biblioteca e Laboratório de Informática. A Escola recebeu da Prefeitura Municipal um equipamento de som semiprofissional, sendo instaladas duas caixas de som no corredor da Escola. As salas de aula receberam quadros-verdes de 6 m x 1,40 m, de fórmica, adquiridos com a Verba Federal. Em 20 de março de 1999, a biblioteca mudou para a sala nova com a infraestrutura necessária, como também, a Pré-Escola que recebeu móveis novos para essa sala. No ano 2000, tinha-se três salas de aula novas, apesar de estarem concluídas, faltava a parte elétrica, não foram inauguradas e nem liberadas para o uso.

A contar de 1º de janeiro de 2000, a Escola passou a denominar-se “Escola Municipal de Educação Básica Theóphilo Sauer” – Lei Municipal 2.599/2000. Em função da escola não ter autorização para o funcionamento da Educação Infantil (pré-escola), sua regularização implicou num custo muito alto, ficou sem efeito a denominação citada. Em dezembro, foi assinada a Lei de 07/12/2000, que alterou a denominação da escola para “Colégio Municipal Theóphilo Sauer”.

Nesse mesmo ano, a escola participou do Projeto GURI BOM DE BOLA, numa iniciativa da RBS TV em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, chegando às quartas de final, sendo considerada a que tinha um dos oito melhores times do Rio Grande do Sul, com o 1º lugar na região de cobertura da RBS TV/ Porto Alegre. Em outubro de 2000, o colégio participou do 1º concurso de Dramatização de Cantigas de Roda, promovido pelo CTG O Fogão Gaúcho de Taquara, envolvendo alunos da Educação Infantil à quarta série do Ensino Fundamental, a escola obteve o primeiro lugar com a dramatização e canto da “A Linda Rosa Juvenil”. Essa dramatização foi ainda rerepresentada na Primeira Novemberfest, na Sociedade Atiradores de nossa cidade, na tarde dedicada às crianças da região. Com recursos da Verba Federal, a escola pôde fazer alguns reparos, como também facilitar a comunicação com os diversos setores da escola, instalando uma central telefônica com ramais.

Em 2001, assumiu a direção do colégio o professor André Luiz de Castro Beck. Nesse ano, o colégio teve seu laboratório de informática funcionando. Inicialmente, recebendo 07 computadores, 01 impressora e 01 ano de internet como

premiação do projeto “Plante essa idei@: uma horta na escola” participando do Concurso “Sua escola a 2000 por Hora”, promovido pelo “Instituto Ayrton Senna”. Além dessa premiação, a escola participou com 03 professores e 02 alunos da “Semana de Imersão”, na Universidade do Professor, em Faxinal do Céu /PR. Em setembro desse mesmo, foram recebidos mais 10 computadores da Prefeitura Municipal de Taquara com o projeto “Despertar” do ITEAI.



Figura 08 – Foto da inauguração da sala de informática

Fonte: Acervo do Banco de Imagens do C. M. Theóphilo Sauer (2011)

Com o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, a escola participou, juntamente com os alunos, de vários encontros em escolas parceiras do Instituto Ayrton Senna, em Porto Alegre e Novo Hamburgo, onde tivemos oportunidade de apresentar os trabalhos desenvolvidos com projetos de aprendizagens realizados no Colégio Theóphilo Sauer. Tivemos a experiência de realizar o projeto “Plantas Medicinais”, que integrou todas as turmas das séries iniciais. Também aconteceu a reforma no refeitório, que recebeu revestimento de cerâmica nas paredes e a tubulação de Hamburgo. Tivemos oportunidade de apresentar os trabalhos desenvolvidos com projetos de aprendizagens, realizados no Colégio Theóphilo Sauer, com a experiência de realizar o projeto “Plantas Medicinais”, que integrou todas as turmas das séries iniciais.

4.1.1 Evolução Legal da Escola: as leis e denominações da escola

Neste subcapítulo, serão abordadas as leis da aquisição do terreno para a mudança de endereço, bem como as outras, para alterações na denominação do educandário. Como vimos no subcapítulo 2.3, ocorreram várias mudanças desde a criação da Lei Diretrizes de Base da Educação – LDB, a escola também teve que se atualizar perante essa lei. O capítulo 4 mostra todas as mudanças nos anos, quando a escola muda de nome.

Seguem as Leis e Decretos da Prefeitura, com as devidas alterações que precisaram ser feitas na escola.

Anexamos as seguintes leis municipais, referentes à escola:

Lei Municipal n.º 818/78 – Autoriza o Poder Executivo adquirir imóvel para a construção da Escola da Vila Santarém.

Lei Municipal n.º 932/83 - Denominação da Escola Municipal Theóphilo Sauer.

Decreto n.º 18/86 – Transforma a Escola Municipal de 1.º Grau completo em Escola de 1.º e 2.º Grau.

Lei Municipal n.º 2.673/2000 – Altera a denominação da “Escola Municipal de Educação Básica Theóphilo Sauer”, para “Colégio Municipa Theóphilo Sauer”.

Esses são os documentos localizados na escola, que registram as alterações legais que a mesma sofreu. Esses registros são decorrentes das leis e das orientações da legislação educacional.

Os documentos da escola como brizoleta não foram localizados. As informações iniciais empregadas nesta pesquisa constam na história oficial da escola.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL N.º 812/78

Autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel para a construção da Escola da Vila Santarém

TITO LIVIO JAEGER, Prefeito Municipal de Taquara, Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada em 27 de Novembro de 1978, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fico o Poder Executivo autorizado a adquirir de Arthur Germano Michel e sua mulher Helma Bayer Michel, um terreno urbano, sito nesta cidade, com as seguintes medidas e confrontações: pelo NORTE, onde mede 48,00 metros, com a rua João Bayer, lado ímpar; pelo SUL, onde mede 48 metros, com a rua Anita Garibaldi, lado par; pelo LESTE, onde mede 54,50 metros, com a rua Picada Gravatá, lado ímpar; pelo OESTE, onde mede 54,50 metros, com terreno dos vendedores, por preço não superior a Quatrocentos Mil Cruzeiros (Cr\$ 400.000,00).º

ARTIGO 2.º - A compra do imóvel a que se refere o artigo anterior é para a construção da Escola da Vila Santarém.

ARTIGO 3º - A Municipalidade utilizará os recursos de dotação orçamentária própria, código local 0701.03070252.016 para efetuar o pagamento de Cr\$ 80.000,00 e o restante, o valor de Trezentos e Vinte Mil Cruzeiros (Cr\$ 320.000,00), será consignado na Lei de Meios para 1979.

ARTIGO 4.º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA, 30 DE NOVEMBRO DE 1978.

TITO LIVIO JAEGER
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL N.º 932/83

Denomina “Escola Municipal Theóphilo Sauer”
a escola desse município localizada na Rua
João Bayer esquina com a rua Picada Gravatá.

ANTÔNIO CARLOS EBLING, Prefeito Municipal de Taquara.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1.º - Fica o Poder executivo autorizado a denominar “Escola Municipal Theóphilo Sauer” “ a escola desse município” localizada na rua Bayer esquina com a rua Picada Gravatá.

ARTIGO 2.º Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARA, 28 DE ABRIL DE 1983.

Dr. ANTÔNIO CARLOS EBLING

Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 18/86

Transforma a Escola Municipal Theóphilo Sauer
de 1.º Grau completo em Escola de 1.º e 2.
Grau.

Dr.ANTÔNIO CARLOS EBLING, Prefeito
Municipal de Taquara, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei
Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1.º - É alterada a qualificação de
Escola Municipal Theóphilo Sauer de 1.º Grau Completo para Escola de 1.º e 2.º
Grau.

ARTIGO 2.º Revogadas as disposições em
contrário o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARA, 31 de março de 1986.

Dr. ANTÔNIO CARLOS EBLING
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL N.º 2.673/2000

“Altera a denominação da “Escola Municipal de Educação Básica Theóphilo Sauer”, para “Colégio Municipal TheóphiloSauer” e dá outras providências.”

TITO LIVIO JAEGER, Prefeito Municipal de Taquara, Estado do Rio Grande d Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica alterada a denominação da “Escola Municipal de Educação Básica Theóphilo Sauer”, deste Município, para “COLÉGIO MUNICIPAL THEÓPHILO SAUER”.

ART.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARA, 07 de dezembro de 2000.

TITO LIVIO JAEGER

Prefeito Municipal

4.1.2 Patrono



Figura 09 – Foto do Theóphilo Sauer

Fonte: Acervo do Banco de Imagens do C. M. Theóphilo Sauer

O patrono do Colégio é Theóphilo Sauer. Este nasceu em 01 de março de 1902, em linha Café. Era filho de Karl Sauer e Carolina Banderf Dietrich. Como filho de professora, aos 14 anos de idade foi completar seus estudos no Seminário Evangélico de Santa Cruz do Sul, onde ficou durante 3 anos e também aprendeu a tocar violino, instrumentos que usava para acompanhar seus alunos nas aulas de música.

Em 1919, já com seus 17 anos, foi para Três Coroas onde lecionou durante 2 anos, indo então para Novo Hamburgo, onde durante 1 ano exerceu a profissão de bancário.

Em janeiro de 1923, foi convidado a lecionar em Parobé. Morava em uma pensão e dava suas aulas na Igreja Evangélica local, pois ainda não havia escola.

Conheceu Alivina Thomasina Schäfer, filha do comerciante Albino Schäfer, por quem se apaixonou e noivou no dia 25 de dezembro de 1923, passando então a residir na casa do futuro sogro onde, além de lecionar, iniciou suas atividades de comerciante, poupando o dinheiro da pensão e aumentando seus rendimentos com o acúmulo de funções.

Casou-se, em Parobé, no dia 13 de setembro de 1924, com Alvina. Theóphilo Sauer continuou acumulando as duas funções: comerciante e professor, até 1928, quando deixou o magistério, destacando-se como próspero comerciante.

Em 1930, foi realizada a inauguração da torre da Igreja Evangélica de Parobé, com sinos importados da Alemanha por ele.

Theóphilo Sauer, como seus irmãos, sempre gostou muito de cavalos, por essa razão adquiriu algumas espécies, mantendo um Haras na localidade de Funil (Parobé) e, posteriormente, em Taquara, na atual Rua Cônego Pedro Bremm, conhecida até hoje como Rua do Prado. Chegou a importar cavalos da Argentina para aprimorar sua criação. Foi proprietário de “Maru”, um grande campeão. Recebeu vários prêmios pelas vitórias de seus cavalos, tanto em corridas como em exposições.

Em 1951, iniciou sua vida pública, concorreu à Prefeitura de Taquara, ganhando com êxito e assumindo em janeiro de 1952. Destacou-se em sua administração Municipal pela construção e ampliação de diversos educandários no Município, tais como o Grupo Escolar Engenheiro Parobé, localizado no distrito de Parobé, Grupo Escolar de Igrejinha (atual Instituto Estadual de Educação Olívia Hirt Lahm), Escola Rural de Serra Grande, Escola Rural do Funil, entre outras de menor porte. Destacou-se, ainda, pelas inúmeras obras, tais como:

- Construção do Presídio Municipal de Taquara, sendo inaugurado em 1954;
- Construção da Ponte sobre o Rio Paranhana na localidade da Casa de Pedra (hoje Igrejinha);
- Conclusão da ponte do distrito de Três Coroas;
- o asfaltamento do centro urbano do então distrito de Gramado, pioneiro na região;
- Participação efetiva de sua administração na abertura da estrada Taquara-Sapiranga, hoje ERS – 239;
- Planejamento e realização da Praça da Bandeira em nossa cidade, local onde se realizou, em sua gestão, a I Exposição Regional Agropastoril da 10ª Zona, bem como a I Exposição de Orquídeas;
- Lançamento da pedra fundamental para a construção da Usina de Beneficiamento de Leite (CORLAC), hoje COOTAL;
- Criação da Associação Rural de Taquara.

Destacou-se, ainda, em obras ou atividades comunitárias, tais como: Presidente da Comunidade Evangélica por vários anos, Presidente da Sociedade 5 de Maio, Presidente do Esporte Clube Parobé, Presidente Honorário do Esporte Clube Taquarense e, finalmente, foi Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB de Taquara

A Escola recebeu esse nome porque o professor Theóphilo Sauer destacou-se desde cedo no magistério, tendo prestado serviços em Três Coroas e Parobé, distritos do município de Taquara na época. Theóphilo Sauer foi eleito prefeito de Taquara em 1951. Por ser uma figura carismática, dar essa denominação à escola foi uma forma de homenagear o ex-prefeito de Taquara. Faleceu em 15 de setembro de 1978.

Podemos perceber que a criação da escola foi para atender aos filhos dos operários, uma brizoleta como vimos no capítulo 4, não poderia levar outro nome senão desse professor, que teve sua carreira política no Partido dos Trabalhadores Brasileiros -PTB.

4.2 Atividade: a vida na Escola

..... A escola realiza atividades complementares às atividades de sala de aula. Dentre elas, citamos a banda, o coral, as feiras e a gincana.

4.2.1 Banda

No ano de 1983, iniciou a Banda Escolar, cujo principal objetivo era a integração entre os alunos e a comunidade, bem como a divulgação da escola. A banda, com 25 componente, estava sob a coordenação do professor Newton Waldemar Macedo.



Figura 10 – Foto da Banda da Escola Municipal de 1.º Grau Theóphilo Sauer (1983).

Fonte: Acervo de Renata Carlotto (2011).



Figura 11 – Foto da Banda da Escola Municipal de 1.º Grau Theóphilo Sauer (1986).

Fonte: Acervo de Carlos Eduardo Trott.

A partir de 1991, a banda passou a ser coordenada pela Professora Suzetele Maria Freiburger Beck, tendo 46 componentes. Ainda nos dias de hoje, a banda é uma das atividades mais importante, sendo requisitada para várias apresentações dentro do município, como também fora, levando o nome do educandário e da cidade.



Figura 12– Foto da Professora Suzete Freiberger Beck, regente da Banda da Escola

Fonte: Acervo do Banco de Imagens do C. M. Theóphilo Sauer



Figura 13 – Foto da Banda Marcial do Colégio Municipal Theóphilo Sauer.

Fonte: Acervo particular de Darlei Eduardo Franzen.

4.2.2.Coral

Outra atividade que se destaca na escola é o Coral. Tem como o objetivo integrar os alunos e a comunidade, levando o nome do educandário e do município.

Realizou apresentações em diversos eventos e municípios, outro fato importante foi participação do Coral na gravação de um disco realizado em janeiro de 1986, contendo o Hino de Taquara e o Hino do Centenário do município, de autoria de Eldo Ivo Klein e Gustavo Adolfo Koetz, para as festividades do aniversário do município.

4.2.3 Gincana de Integração Theóphilo Sauer

Outra atividade que foi realizada pela a escola foi a Gincana de integração, em comemoração ao aniversário do educandário, tendo como principal objetivo a integração entre os alunos, professores, pais e a comunidade taquarense.

4.2.4 Feira do Livro (FELIT)

A Feira do Livro é realizada anualmente até os dias atuais, tendo em vista aguçar o gosto pela leitura. Nela, os alunos têm o contato direto com escritores.

4.2.5 Feira de Ciências da Theóphilo Sauer (FECIT)

A atividade da Feira de Ciências tem como objetivo despertar o interesse pela pesquisa em diversas disciplinas, em que os melhores trabalhos são expostos na Feira de Ciências do município.

4.3 Os alunos

..... Em relação à demanda dos alunos que frequentam a escola, pode-se dizer que são alunos filhos de trabalhadores que moram nos seguintes bairros: Mundo Novo, Tucanos, Aimoré, Vila Santa Teresinha e Petrópolis, todos localizados próximos do Colégio.

Ano	Ano/Série	n.º de alunos
1961	1.º Ano	19
1961	2.º Ano	5
1961	3.º Ano	3
1961	4.º Ano	1
1962	1.º Ano	22
1962	2.º Ano	2
1962	3.º Ano	3
1962	4.º Ano	1
1963*	*	*
1964	1.º Ano	22
1964	2.º Ano	14
1964	3.º Ano	14
1964	1.º Ano	22
1964	2.º Ano	14
1964	3.º Ano	14
1964	4.º Ano	2
1965	1.º Ano	19
1965	2.º Ano	11
1965	3.º Ano	21
1965	4.º Ano não localizado	*
1966	1.º Ano	21
1967	1.º Ano	21
1968	1.º Ano	37
1969	1.º Ano	37

1970	1.º Ano	71
1971	1.º Ano	40
1972	1.º Ano	28
1973	1.º Ano	34
1974	1.º Ano	37
1975	1.º Ano	54
1976	1.ª série	64
1977	1.ª série	47
1978	1.ª série	43
1979	1.ª série	30
1980	1.ª série	30
1981	1.ª série	22
1982	1.ª série	109
1983	1.ª série	30
1983	1.ª série Classe Especial	15
1984	1.ª série	126
1985	Documentação não encontrada	*
Total: 1.105		
*Dados não encontrados ¹⁸		

Fichas de matrícula, SMECE, Taquara, 1961-1985. Escola Municipal de 1.º Grau Theóphilo Sauer

Fonte: Fichas de matrícula, SMECE, Taquara, 1961-1985.

Desde o início das atividades até o ano de 1985, passaram pela primeira série 1.105 alunos.

Esses alunos são de classe média e baixa. Muitos alunos que frequentam o turno da noite são trabalhadores durante o dia e buscam uma formação. A população estudantil que tem acesso a escola não tem as mínimas condições de estudar em uma escola particular ou ir para a área central da cidade.

A Escola Santarém foi criada em 1961, como uma Brizoleta, para atender aos filhos desses operários que moram nessas localidades. Com o passar dos anos,

¹⁸ Os dados foram retirados das Fichas de matrículas dos alunos, que estão no arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Taquara. Escola Municipal de 1º. Grau Theóphilo Sauer.

essa Brizoleta ficou pequena no espaço físico, tendo que mudar de endereço. Sofreu várias alterações de nome, sua clientela foi crescendo. Necessário foi, então, o ensino de 2.º grau no turno da noite para os operários que trabalhavam durante o dia.

5 CONCLUSÃO

Ao concluirmos esta pesquisa, foi possível chegar a algumas considerações importantes, que passamos a relatar: a ideia de fazer um trabalho de pesquisa sobre um assunto, por uma questão de foro íntimo, de cuja realidade o autor não fez parte, foi algo inusitado e exigiu muito empenho. Foi necessário, antes de aventurar-se por esse caminho até então desconhecido, questionar sobre o que era a construção das Brizoletas, porque houve essa necessidade no Rio Grande do Sul, mostrar como foi a campanha de “Nenhuma criança sem escola”.

Nesse sentido, para que fosse possível desenvolver conteúdos a respeito do Estudo de Caso “De uma Brizoleta em Taquara”, foi imprescindível, tal como num mapa, traçar caminhos e apontar os tópicos que fossem coerentes com a proposta da pesquisa. Assim, foi necessário todo um aprofundamento no estudo e pesquisas iniciais a respeito do Projeto Governamental do Ensino do governo Brizola; de como o governo de Brizola, no Rio Grande do Sul, teve que se adequar com as diretrizes nacionais do ensino; do ensino público no Estado, que passou por uma reestruturação; sobre a construção das Brizoletas ou Escolinhas do Brizola. Também destacamos o período de 1961 até 2000, da construção da Brizoleta chamada “Escola Santarém” no município de Taquara, hoje denominada de “Colégio Municipal Theóphilo Sauer”.

Os fatores que devemos lembrar são as várias alterações na Lei que rege a educação. Tomando por base as palavras de Brusius e Flex (1991), quando afirmam que o indivíduo necessita conhecer sua história para ter condições de assumir, de forma consciente, a sua posição como agente de sua própria história, o mesmo podemos concluir com relação à história deste educandário, pois juntamente com o crescimento, podemos notar o aumento do número de residências próximas a essa escola.

Podemos afirmar que pesquisar sobre a História desse educandário foi um trabalho desgastante e muito gratificante. Foi desgastante no sentido de que o município de Taquara não dispunha de um arquivo com acervo público, onde se pudessem buscar referências sobre a economia do período pesquisado. O setor econômico do município de Taquara era bem diversificado, conforme a análise feita nas fichas de matrículas dos alunos da escola, a partir das quais podemos perceber

que o bairro onde se localizou a Brizoleta era de uma população operária, sendo que os pais dos alunos trabalhavam em diversos setores da economia do município. Esses dados mostram que a escola foi construída para atender aos filhos dos trabalhadores da cidade de Taquara que moravam e/ou passaram a residir no entorno da escola. É indicador da existência de um núcleo brizolista, no que tange à política local.

Foi um trabalho bastante gratificante, visto que tivemos oportunidade de descobrir, conhecer e aprender a sobre a história das Brizoletas, principalmente sobre a sua arquitetura, que refletia os anseios governamentais. “As ‘escolas foram mundo de lá – da cidade’, que vinha aos subúrbios, às picadas, aos vales e aos campos trazer a “mensagem de valorização do homem em sua própria terra”.

Outra questão é que, com o passar dos anos, a Brizoleta se tornou pequena, tendo que mudar de endereço, pois seu espaço já não comportava o grande número de alunos, tendo que abranger outros bairros próximos desse educandário.

Também deve ser observado que com as alterações na Lei de Diretrizes de Base da Educação Brasileira a escola passou por essas mudanças principalmente na denominação, porque no ano de 1983 a escola passou a se denominar de Escola Municipal de 1.º Grau Theóphilo Sauer. Devido ao alto número de alunos e à necessidade do município ter mais escolas com o ensino de 2.º Grau, foi implantado o ensino de 2.º Grau (em 1986), no turno da noite, pois a população estudantil não tinha as mínimas condições de estudar em uma escola da rede particular. Além disso, o estabelecimento estava localizado no bairro onde os alunos residiam, distante da única escola estadual da localidade, que não oferece vagas.

Novamente, em 2000, devido às mudanças ocorridas na Lei de Diretrizes de Bases da Educação, a escola passou novamente por uma nova denominação, passando a chamar-se de Colégio Municipal Theóphilo Sauer.

A realização do estudo de caso de uma Brizoleta em Taquara, possibilitou não apenas reavivar a história dessas Brizoletas, mas principalmente, reavivar a História dessa escola. Nesse sentido e considerado os percalços para se chegar até aqui, convém enfatizar a importância do município em manter, devidamente guardado e organizado, um acervo de domínio público com todos os referenciais possíveis, de todos os acontecimentos e/ou eventos relacionados a cidade. Tal preocupação, além de permitir aos cidadãos constituir parte de suas memórias e

histórias, ainda propiciará às gerações futuras que tomem conhecimento das mesmas.

Finalizando, cabe ressaltar que o tema abordado neste trabalho constitui um campo extremamente vasto para a pesquisa histórica. A possibilidade de olhares sobre a história da educação, principalmente sobre as Brizoleta, nos propiciam e instigam a busca de novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Edição Comemorativa dos 100 anos do Município. Porto Alegre: Pallotti, 1986.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, Fernando. **A educação na encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, 1957.
- BARROSO, Vera Maciel, MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto (org.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008.
- BRITO, João Abelardo *et. al.* **50 ANOS da Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato**: CIMOL . Porto Alegre: Imprensa Livre, 2011.
- BRUSIUS, Marina, Fleck, Sigrid Izar. **Igrejinha**: História que o tempo registra. Igrejinha: s.ed, 1991.
- CEMIN, Viviana. **Não só de pão vive o homem**: a construção de escolas no governo Brizola a partir das fotografias de assessoria de imprensa do Palácio Piratini (1959-1963) Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em História v 1. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005.
- FERNANDES, Dóris Rejane. O Empreendimento da Fazenda do Mundo Novo: histórico de Taquara do Mundo Novo. *IN*: Reinheimer Dalva (org). **Terra, gente e fé**: aspectos Taquara. Taquara: FACCAT, 2005.
- FERNANDES, Flortestan. **Educação e sociedade brasileira**. São Paulo: Dominus, 1966.
- FRANZEN, Darlei Eduardo. Há 50 anos ajudando a construir um mundo melhor: Colégio Municipal Theóphilo Sauer. *IN*: REINHEIMER, Dalva *et. al.* (org.). **Caminhando pela cidade**: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1979.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. *In* FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação**. São Paulo: Ática, 1988.

QUADROS, Claudemir de. Brizoletas: A ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **TEIAS**. Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan./jun. 2001. Disponível em site: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=view&path%5B%5d=56>. Acesso em 02 de mai. de 2012.

_____. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

REINHEIMER Dalva. Os caminhos para Taquara do Mundo Novo e a Navegação Fluvial. *In*: REINHEIMER, Dalva; *et. al.* (orgs.). **Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 91-100.

REINHEIMER Dalva; MEYRER, Regina Marlise. Economia: da lavoura à agroindústria. *In*: REINHEIMER, Dalva *et. al.* (org). **Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 102-109.

REVISTA DO Ensino. Porto Alegre: SEC, v.10, n.76, maio 1961, p.12.

RIGO, Kate Fabiani. **Dorothea Schäfke: 75 anos de História e Memórias**. Taquara: Rotermund, 2006.

SANTOS, Glauce Paim dos . **O governo Brizola no R.S. (1959-62): populismo, educação e desenvolvimento econômico**. Disponível em site: <<http://www4.fapa.com.br/monografia/artigos/4edicao/1%B1%D.artigo>. glauce.paim.santos.pdf>. Acesso em: 08 de set. de 2012.

SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Conte**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

STEPHANOU, Maria; Bastos, Maria Helena Câmara (org.). **História e memórias da educação no Brasil**. v. 3. Petrópolis: Vozes, 2004.

Leis consultadas em sites:

BRASIL, Leis, Decretos. **Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em site: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>>. Acesso em: 08 de set. de 2012.

BRASIL, Leis, Decretos. **Lei 5692 de 1971**. Disponível em site: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 08 de set. de 2012.

BRASIL, Leis, Decretos. **Lei 7044 de 1982**. Disponível em site: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128264/lei-de-diretrizes-e-base-de-1982-lei-7044-82>>. Acesso em: 08 de set. De 2012.

BRASIL, Leis, Decretos. **Lei 9394**. Disponível em site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 de set. De 2012.

ANEXOS

Parecer n.º 473/88

Processo n.º SEC 27.778/86 -19.00

CEE 610/86

Autorização para funcionamento do ensino de 2º grau na Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus Theóphilo Sauer em Taquara – Parecer favorável. Providências.

Encaminhado pela Secretaria da Educação, retorna a este Conselho o presente processo contendo pedido de autorização para funcionamento do ensino de 2.º grau na Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus Theóphilo Sauer, em Taquara.

2- Conforme Decreto municipal n.º 18, de 31 de março de 1986 (fl.4), a Escola Municipal de 1.º Grau Theóphilo Sauer foi transformada em Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus.

3 – O exame do processo, com vistas à verificação do atendimento às exigências legais, revela a existência, entre outros dos seguintes elementos:

3.1- Proposição, firmada pelo Prefeito Municipal, solicitando a autorização para funcionamento do ensino de 2.º Grau na escola em causa (fl.3).

3.2 – Documentação relativa à entidade mantenedora (fls. 5 e 11).

3.3- Especificação da remuneração dos integrantes do corpo docente e administrativo da escola (fl.6).

3.4- Dados relativos a atividades econômicas da localidade (fl.7e 8).

3.5 – Dados gerais da escola (fl.150).

3.6 – Relação das escolas de 2.º grau existentes no município (fl.10).

3.7 – Justificativa da necessidade do ensino de 2.º grau na referente escola, para o meio social (fls. 66 e 231).

3.8 – Documentos relativos a prédio e instalações:

- planta baixas (fls. 13 e 14) e fotografia (fls 15 a 25);

- especificação das recursos materiais – instalações e equipamentos (fls. 26 a 65).

3.9 – Relação do corpo docente (fl.151) e comprovantes da titulação dos professores indicados (fls. 72 a 77 e 153 a 158).

3.10 – Relação do corpo técnico-administrativo (fl. 73), constituído por: Diretora, licenciada em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar; Coordenadora Pedagógica e Orientadora Educacional, devidamente habilitadas; Secretária, sem preparo específico para a função. Não foi indicado responsável pela Biblioteca.

3.11- Projeto de regimento disciplinando a organização administrativa, didática e disciplinar do estabelecimento, acompanhado de Plano Curricular como o elenco das disciplinas e carga horária, a ser desenvolvido no turno da noite, somente para a 1.ª série (fls. 92 a 147).

3.12 – Relatório da comissão verificadora, designada pela titular da 38ª Delegacia de Educação, integrada por Leane Born Orgel, Sélia da Gama Silva e Luzia Teresinha Biondi (fls. 88 a 90), de onde se destaca:

- A biblioteca possui um acervo de 2.500 volumes.

- O laboratório de Ciências conta com materiais insuficientes para atendimento da clientela. O município já tem Projeto da Ampliação do prédio onde será montado um laboratório adequado ao ensino de Ciências.

- A escola possui área livre suficiente para a prática de Educação Física e recreação. As aulas de Educação Física também se desenvolvem no Ginásio de Esporte, pertencente ao município.

4 - Ao expediente foram juntados os seguintes documentos:

4.1 – Lei Orgânica do município de Taquara (fl.169).

4.2 – Lei n.º 1.068/85 que orça a receita e fixa a despesa do município de Taquara, para o exercício de 1986 (fl.170).

4.3 – Certidão n.º 02/87, firmada pelo Prefeito Municipal, na qual consta que o corpo docente e o técnico-administrativo regidos por dois regimes jurídicos: 1) professores estatutários regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos de Taquara, quadro de extinção segundo a Lei Municipal n.º 937/83, e professores regidos pela CLT, a partir de 1.º de janeiro de 1987, com a aprovação do Estatuto do Magistério Municipal, Lei n.º 1.108/87; 2) o corpo técnico administrativo é regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos de Taquara, “em virtude de todos pertencem ao Quadro de Cargos em admissão” (fl.208).

4.4 – Informação de que a provável demanda para a 1.ª série do ensino de 2.º grau, numa pré-inscrição realizada pela escola, foi de 75 alunos, sendo que 50 são alunos concluintes da 8.ª série da escola proponente (fl.209).

4.5 – Indicação do número de concluintes do ensino de 1.º grau no município, nos últimos 5 anos (fl.216) : 1982 – 246, 1983- 215, 1984- 239, 1985 – 260, 1986 – 253.

4.6 – Indicação do número de alunos matriculados por série nas escolas que oferecem o ensino de 2.º grau, no município (fl.216), em 1986: 1.ª série - 521, 2.ª série – 367, 3.ª série – 326, 4.ª série – 55.

4.7 – Constam, também, do processo dados sobre a matrícula, no ano de 1987 (fl. 216), nas escolas que oferecem o ensino de 2.º grau, em Taquara, e o número de vaga ainda existentes na 1.ª série: 35 vagas. A única escola que não apresenta mais vaga é a Escola Estadual de 2.º Grau Monteiro Lobato. O número de alunos matriculados na 1.ª série do ensino de 2.º grau, em 1987, foi de 626 em todo o município.

4.8 – Mapa do município de Taquara com a indicação e a localização da Escola Municipal de 1.º Grau Theóphilo Sauer e das demais escolas que oferecem ensino de 2.º grau, (fl. 211).

4.9 – Cópia do Edital n.º 01/86 que “Procede à chamada para matrícula de 1.º grau, de crianças nascidas nos anos de 1973 a 1980” (fl.212).

5 – O exame do processo enseja as seguintes considerações:

5.1 – O número de concluintes do ensino de 1.º grau, em Taquara, tem-se mantido estável nos últimos cinco anos, oscilando em torno de 240 alunos.

5.2 – Em Taquara, são cinco as escolas que mantêm ensino de 2.º grau, com uma matrícula, na 1.ª série, de mais de 500 alunos. Destas cinco escolas, uma é estadual.

5.3 – A escola em apreço conta com o comprometimento dos empresários da indústria e do comércio, interessados em formar mão-de-obra especializada através do ensino de 2.º grau, tendo em vista estar o estabelecimento situado no bairro industrial do município de Taquara.

5.4 – A população estudantil, que pretende ter acesso ao ensino de 2.º grau na escola em causa, não tem as mínimas condições de estudar em uma escola particular. Além disso, o estabelecimento está localizado na vila onde os alunos residem, distante da única escola estadual da localidade, que não oferece vagas.

5.5 – O prédio onde funcionará o ensino de 2.º grau causa oferece condições para a oferta desse grau de ensino.

5.6 – As instalações e os recursos materiais disponíveis são suficientes à finalidade em vista, devendo, no entanto, ser tomadas as seguintes medidas:

Ampliar o acervo bibliográfico com obras específicas no ensino de 2.º grau, mantendo-o sempre atualizado e, quanto à organização e o funcionamento da biblioteca, observar o que dispõe a indicação CEE n.º 33, de 04 de junho de 1980.

Complementar, significativamente, os materiais do laboratório de Ciências para que possam bem atender o ensino da parte prática dos conteúdos de Física, de Química e de Biologia, a partir da indicação pelos respectivos professores.

5.7 – O corpo docente indicado, constante no quadro anexo a este parecer, pode ser aceito; os professores indicados para Educação Artística, Bacharel em Arte Plásticas, e para Geografia, licenciado em Filosofia, deverão ser substituídos por outros com a habilitação específica.

5.8 – Relativamente ao corpo técnico-administrativo, deverá:

Quanto à secretária, ser observado a que consta nos Pareceres CEE n.º 208/77 (Documentário 36: 51) e 360/86 (Documentário 62:435).

Ser designado responsável pela biblioteca que tenha recebido, pelo menos, preparo específico para a tarefa.

5.9 – O projeto de regimento deverá ser apreciado pelo órgão próprio da Secretaria da Educação que, certamente, orientará a escola na reestruturação de seu regimento conforme Parecer CEE n.º 77/87.

6 – Cabe aqui ressaltar que é do conhecimento público que a escola em apreço já mantém em funcionamento o ensino de 2.º grau, o que nota uma irregularidade, visto que uma escola ou um grau de ensino só pode funcionar mediante prévia autorização deste conselho.

Seria conveniente que as Delegacias de Educação alertas as municipalidade para o atendimento da legislação vigente sobre o funcionamento de escolas, a fim de preservar o necessário orçamento do Sistema Estadual de Ensino.

7 – Face ao exposto, a Comissão de Ensino de 2.º Grau e superior conclui pela autorização para o funcionamento do ensino de 2.º grau na Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus Theóphilo Sauer, em Taquara, devendo ser atendido o que consta dos subitens 5.6, 5.7, 5.8 5.9 deste parecer.

Alerta-se a escola para o que consta no artigo 7.º, § 1ª da resolução CEE n.º 190, de 11 de dezembro de 1987.

Em 25 de janeiro de 1988.
Carlos Wilson Schröder – relator
Dorival Adari Fleck
Plácido Steffen
Ernest Sarlet

aprovado, por unanimidade, pelo Plénario em sessão de 26 de janeiro de 1988.

Roberto Guilherme Seide
Presidente

Escola Municipal de 1.º e 2.º Grau Theóphilo Sauer- Taquara

Corpo Docente do Ensino de 2.º Grau

Professor	Disciplina	Titulação	Habilitação Legal	Observações
Nílvia Beatriz Dietrich	Língua Portuguesa Literatura Brasileira	Licenciado em Letras	Reg. L.n.º 9.860 (Português e Literaturas da Língua Portuguesa)	Aceito
Elisabetha Roth	Língua Inglesa	Licenciado em Letras	Reg. L n.º 54.025 (Inglês)	Aceito
Regiani Müller Martins	História	Licenciado em Estudos Sociais	Reg. L n.º 13.353 (História)	Aceito
Maria Alice Fleck	Biologia	Licenciado em Ciências Biologia	Reg. L n.º 61.830 (Biologia)	Aceito
Zenaide Lanus Scheffel	Educação Física	Licenciado em Educação Física	Reg. L n.º 67.449 (Educação Física)	Aceito
Vera Turba Renck	Matemática	Licenciado em Matemática	Reg. L n.º 67.449 (Matemática)	Aceito

Parecer n.º140/89

Processo n.º SE 3.794/19.00/89 – 3

CEE 108/89

Situação escolar dos alunos da Escola Municipal de 1.º

e 2.º Graus Theóphilo Sauer , de Taquara .

O presente processo contém o expediente, no qual a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de Taquara através do Ofício n.º 05, de 12 de janeiro de 1989, solicita a autorização para os alunos que frequentaram a Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus Theóphilo Sauer, desse município, nos anos de 1986 e 1987, sejam avaliados “... *com vistas à validação do curso que frequentaram. Sugerimos que essa avaliação seja realizada em forma de prova, na Escola Estadual de 2.º Grau Monteiro Lobato, de Taquara, com a qual já mantivemos contato*”.

2 – O pedido feito pela Secretaria Municipal de Educação prende-se ao fato de que este Conselho, pelo Parecer CEE n.º 13/89, manifestou-se contrariamente à validação dos estudos realizados “... em período anterior á emissão do Parecer CEE n.º 473/88”, este referente à autorização para funcionamento do ensino de 2.º grau nessa escola.

3 – Cabe, ainda, deixar consignadas informações complementares, constantes no Ofício n.º 05/89 acima citado:

“a) a municipalidade assumirá todas as despesas decorrentes da elaboração e aplicação dessa avaliação;

b) todo o processo será acompanhado pela 38ª Delegacia de Educação, conforme contatos já mantidos com a mesma:

c) os alunos do 3.º ano, de 1988, para completar a carga horária, terão aulas de Relações Humanas e Português”.

O expediente contém, também, a relação nomina dos alunos que cursaram a 1.^a série do 2.^o grau, em 1986 e 1987, e os que cursaram a 2.^a série, em 1987 e a 3.^a, em 1988.

4 – Pela análise do expediente, verifica-se que apesar das irregularidades que ocorreram na Escola Municipal de 1.^o e 2.^o Graus Theóphilo Sauer, há comprometimento da administração municipal em procurar corrigir os erros, buscando o assessoramento e a orientação da 38^a Delegacia de Educação e a colaboração da Escola Estadual de 2.^o Grau Monteiro Lobato, quanto à avaliação dos alunos.

5 – Pelos fatos expostos, a Comissão de Legislação e Normas conclui que, para não prejudicar os alunos por erros que não são de sua responsabilidade, pode este Conselho aceitar como viáveis os procedimentos indicados no Ofício n.º 5/89 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de Taquara, devendo, no entanto, ser estabelecido um cronograma para a realização das provas, sempre sob a supervisão da 38^a Delegacia de Educação. Após a avaliação dos alunos e da elaboração das atas de resultados finais, deve o expediente retornar ao Conselho com o pedido de aprovação dos procedimentos adotados e validação dos respectivos estudos.

Em 23 de janeiro de 1989.

Carlos Wilson Schröder – relator

Dorival Adari Fleck

Plácido Steffen

Ernest Sarlet

Aprovado, por unanimidade, pelo Plénario em sessão de 23 de janeiro de 1989.

Roberto Guilherme Seide

Presidente

Parecer n.º963/89

Processo n.º SE 44.436/19.00/88, 3.794/19.00/89-3 e 2.833/19.00/89-0

CEE 1.200/88 e 108/89

Aprova procedimentos adotados pela Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus Theóphilo Sauer, em Taquara, para regularização da Vida escolar dos alunos que cursaram o ensino de 2.º grau em 1986 e 1987.

Valida estudos realizados nos anos letivos de 1986,1987 e 1988.

RELATÓRIO

Através do Parecer CEE n.º 140/89, este Conselho manifestou-se sobre pedido de validação de estudos de alunos que cursaram o ensino de 2.º grau na Escola Municipal de 1.º e 2.º graus Theóphilo Sauer, em Taquara, nos anos de 1986 e 1987, dizendo que *“para não prejudicar os alunos por erros que não são de sua resp.º responsabilidade, pode este Conselho aceitar como viáveis os procedimentos indicados no Ofício n.º 05/89 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de Taquara, devendo, no entanto, ser estabelecido um cronograma para a realização das provas, sempre sob a supervisão da 38ª Delegacia de Educação. Após a avaliação dos alunos e da elaboração das atas de resultados finais, deve o expediente retornar ao Conselho com o pedido de aprovação dos procedimentos adotados e validação dos respectivos estudos”*.

2 – Retorna agora o processo, no qual é solicitada a aprovação dos procedimentos adotados pela escola e a validação de estudos dos alunos que cursaram o ensino de 2.º grau em datas anteriores ao Parecer CEE n.º 473/88, que se manifestou favoravelmente à autorização para funcionamento do ensino de 2.º grau na Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus Theóphilo Sauer.

O expediente em exame contém:

- Relação nominal dos alunos que cursaram a 1.ª série do 2.º grau em 1986 e 1987 e a 2.ª série em 1987.

- Cronograma de realização das provas.
- Atas dos resultados finais de 1986 a 1987.
- Relação dos conteúdos de Relações Humanas e Língua Portuguesa, tendo em vista a complementação da carga horária dos alunos que cursaram a 3.^a série do ensino de 2.^o grau em 1988.

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 – Os elementos informativos contidos no relatório da comissão verificadora são suficientes para a verificação do atendimento aos procedimentos especificados no Parecer CEE n.º 140/89.

O referido relatório aponta a realização de uma reunião com representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Taquara, da Escola Municipal de 1.^o e 2.^o Graus Theóphilo Sauer, da Escola Estadual de 2.^o Grau Monteiro Lobato e da 38.^a Delegacia de Educação. Neste encontro, ficou estabelecido quais professores da Escola Estadual de 2.^o Grau Monteiro Lobato que ficariam responsáveis pela avaliação dos alunos, o cronograma de execução e o local de realização das provas.

No mesmo encontro, ficou configurada a falta de espaço físico na Escola Estadual de 2.^o Grau Monteiro Lobato para atender os alunos da Escola Municipal de 1.^o e 2.^o Graus Theóphilo Sauer ficando, por isso, acertado que esses seriam atendidos no auditório da Escola Estadual de 1.^o Incompleto Rodolfo Von Ihering.

Além de os alunos serem comunicados sobre o cronograma das avaliações, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município informou também da necessidade da complementação de carga horária para os alunos da 3.^a série nas disciplinas de Língua Portuguesa e Relações Humanas, complementação essa desenvolvida num total de 40 e 72 horas, respectivamente.

As provas avaliativas foram realizadas em duas etapas distintas, correspondendo ao bloco de disciplinas que integram a 1.^a série e 2.^a séries do ensino de 2.^o grau.

A comissão verificadora lista o nome dos alunos que não compareceram às provas (fls. 36 e 37)

Conclusão

A comissão de Legislação e Normas, tendo em vista o acima exposto, conclui que os procedimentos indicados no Parecer CEE n.º 140/89 foram atendidos, podendo os estudos realizados no ensino de 2.º grau pelos alunos da Escola Municipal de 1.º e 2.º Graus Theóphilo Sauer, de Taquara, nos anos de 1986, 1987 e 1988, ser considerados válidos.

Deve constar referência do presente parecer nos históricos escolares dos alunos.

Em 06 de setembro de 1989.

Carlos Wilson Schröder – relator

Dorival Adari Fleck

Plácido Steffen

Ernest Sarlet

Aprovado , por unanimidade, pelo Plénario em sessão de 15 de setembro de 1989.

Roberto Guilherme Seide

Presidente